

*
MUNICÍPIO DE
PAREDES
ROTA DOS MÓVEIS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES

QUADRIÉNIO 2013/2017

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL N.º 1/15

2015/02/18



QUADRIÊNIO 2013/2017

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES, REALIZADA NO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2015

Aos dezoito dias de fevereiro do ano de dois mil e quinze, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor JOSE AUGUSTO GRANJA RODRIGUES FONSECA, Presidente da mesma Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores membros da Assembleia Municipal José Joaquim Leitão da Mota e Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes respetivamente 1º e 2º secretários da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de nos termos da convocatória se tratar da seguinte ordem de trabalhos: "PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA E ORDEM DO DIA", este previamente enviado, nos termos da Lei, a todos os Senhores membros da Assembleia Municipal. -----

Procedeu-se à verificação das presenças, tendo-se registado as **ausências** dos senhores deputados: Andreia Filipa Mendes Silva e Andreia Joana Morris Mendes, que não apresentaram, à data, qualquer justificação. -----

PRESENCAS POR SUBSTITUIÇÃO - Ao abrigo do artigo septuagésimo oitavo Lei n.º cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco traço A barra dois mil e dois de onze de Janeiro fizeram-se substituir: Conceição Bessa Ruão por Catarina da Silveira Nunes Barbosa; Laura Fernanda Pinto Silva por Silvestre da Silva Carneiro; Carlos Manuel Ferreira da Silva por António Joaquim Garcez Neto da Silva; Samuel António Leal Ribeiro por Andreia Filipa Mendes Silva, que faltou à sessão. -----

PRESENCAS POR SUBSTITUIÇÃO - Ao abrigo do número um do artigo décimo oitavo da Lei n.º setenta e cinco barra dois mil e treze de 12 de setembro fizeram-se substituir:



a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Baltar, Maria Conceição Reis Moreira Rosendo, pelo Senhor António Augusto Silva Machado, Tesoureiro da Junta de Freguesia; o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lordelo, Fernando Nuno Leal Lamas Serra, pelo Senhor Francisco Ferreira da Silva, Secretário da Junta de Freguesia; o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Rebordosa, Elias Acácio da Silva Barros, pelo Senhor José João Martins Barbosa, Vogal da Junta de Freguesia.-----

Verificada a existência de quórum, pelo Senhor Presidente da Mesa foram declarados abertos os trabalhos, sendo vinte e uma horas, tendo-se procedido à leitura da correspondência, a qual ficará arquivada no gabinete de apoio administrativo à Assembleia Municipal para eventual consulta dos Senhores membros da Assembleia Municipal. -----

Seguidamente, o Senhor Presidente da mesa deu conhecimento à Assembleia Municipal do falecimento do Senhor Doutor José Pinto, distinto cidadão do Concelho de Paredes e durante muitos anos um exemplar autarca, Presidente da Junta de Freguesia de Sobrosa, tendo sido prestado um minuto de silêncio em sua memória e decidido enviar à família enlutada sentidos pêsames deste Órgão da Administração Local. -----

Entretanto, pelo Senhor Presidente da Mesa foram abertas as inscrições para intervenções neste "PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA", tendo-se registado os pedidos para o uso da palavra dos Senhores: Joaquim Mota (Primeiro Secretário), João Gonçalves, Cristiano Ribeiro, Rui Silva, Paulo Ranito, Cláudia Mota, Luciano Gomes, Baptista Pereira, Maria de Lurdes Meireles, Álvaro Pinto, José Manuel Outeiro, Rui Silva e José Borges. -----

PROPOSTA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM TREZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. -----

colocada a votação, -----

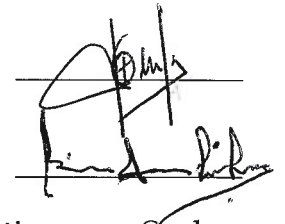
A ATA FOI APROVADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. -----



José Joaquim Leitão da Mota (PSD) - Afirmou ser este um dia histórico pelo primeiro mês da inauguração do Complexo Desportivo de Gandra, não só para Gandra mas também para o Concelho de Paredes e que só vem enriquecer a cidade. Lembrou que o União Sport Club de Baltar também costuma utilizar aquele Complexo Desportivo e agradeceu ao União Sport Club de Paredes, Aliados de Lordelo, Rebordosa Atlético Club assim como ao Nun'Álvares parceiros do Aliança de Gandra quando este também precisou dos seus Complexos Desportivos. Revelou que antes da referida inauguração se verificou todo um planeamento, agradecendo a colaboração do Executivo Municipal na pessoa do Senhor Presidente da Câmara e também do Senhor Vereador Manuel Fernando Rocha pois faz cerca de oito anos que tudo começou a ser delineado com a aquisição do terreno e alargamento do caminho através de um protocolo assinado com a Câmara Municipal, que vem sendo cumprido íntegra e aproveitou para fazer um agradecimento ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gandra pelo apoio e colaboração que tem prestado. Desejou, por fim, que este exemplo seja seguido por outros clubes. -----

João Manuel Nogueira Gonçalves (PS) - A sua intervenção faz parte integrante da presente ata. -----

Cristiano Manuel Soares Ribeiro (CDU) - Começou por solicitar um esclarecimento das razões pelas quais a presente Sessão da Assembleia Municipal está a ser realizada a uma quarta-feira à noite o que causou algum incómodo a muitos dos Senhores Membros da Assembleia Municipal. Seguidamente, disse que o Concelho de Paredes vive as dificuldades do todo nacional e como autarcas e membros da Assembleia Municipal todos lutam para que se ultrapassem os problemas que afastam as pessoas, as famílias, a economia local. Elogiou algumas iniciativas do Executivo Municipal as quais, na sua opinião, merecem o apoio de todos como foi o caso da passagem assinalável da Senhora Presidente da Assembleia da República na abertura simbólica e assinalável exposição do ART ON CHAIRS. Referiu-se de seguida à iniciativa da Câmara Municipal apelidada de "Paredes Capital Jovem da Criatividade" na qual se solicitava ideias e projetos que pudessem responder a este desígnio e a esta necessidade do Concelho de se tornar, a seu



ver, criativo e competitivo, nomeadamente no setor económico e questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre que ideias apareceram que eventualmente possam constituir uma luz ao fundo de um túnel, que é um túnel com alguma sombra e que é a situação presente do Concelho em termos económicos. De seguida, referiu um outro projeto, a “ PAREDES SOCIAL “, como um projeto com iniciativas de carácter mais assistencial e outros com carácter estrutural, realçando a revitalização da agricultura que tem andado muito desprotegida, tendo-se falado, na altura, numa iniciativa de se poder proporcionar às pessoas interessadas a existência de um local onde pudessem exercer uma atividade agrícola que pudesse ter não só algum futuro, como também interesse para a economia doméstica e individual de cada um. Questionou o Executivo Municipal sobre se este programa alguma vez teve desenvolvimentos e se há ou não perspectivas, no terreno agrícola e na produção agrícola e animal, de haver os mesmos incentivos ou muito semelhantes, ao nível dos que existem para as indústrias tradicionais do Concelho. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu os líderes parlamentares que, após ter conversado com o Senhor Presidente da Câmara Municipal para a marcação da Assembleia Municipal, foi escolhida a data de dezoito de fevereiro. Porém, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal proposto nova data para a realização da mesma, o Senhor Presidente da Câmara Municipal manifestou a sua indisponibilidade devido a compromissos já assumidos pelo que se manteve a data de dezoito de fevereiro para a realização da Assembleia Municipal, cumprindo-se a lei. -----

Rui José Fernandes da Silva (CDS-PP) - Deu conta de que já teve oportunidade de visitar a exposição do ART ON CHAIRS, quer em Lisboa, no “MUSEU DE DESIGN E MOBILIÁRIO”, quer no Cais do Sodré, quer em Paredes. Manifestou o seu agrado por aquilo que viu bem como pelas declarações que muitos dos industriais efetuaram, revelando que entendem ser esta uma iniciativa que valoriza a sua atividade e assim está a valorizar o Concelho e a sua indústria predominante. Deixou claro que esta iniciativa não deixa de ter grande sucesso e que os industriais começam a estar presentes nas exposições internacionais que se vão fazendo, nas quais se fazem acompanhar dos protótipos e dos



modelos que conceberam em conjunto com os designers o que, a seu ver, **tem sido** uma porta importante na reabertura para novos mercados. Desejou que esta iniciativa se vá consolidando ao longo dos anos e que os industriais do Concelho, assim como o seu tecido empresarial que é predominantemente a indústria do mobiliário, retirem o máximo proveito desta iniciativa. -----

Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito (PSD) - Fez questão de ler passagens de um jornal: " No passado dia trinta de janeiro de dois mil e quinze, foi publicado um artigo de opinião no Jornal "O PROGRESSO DE PAREDES" assinado por um ilustre membro desta Assembleia Municipal onde afirma não conseguir perceber como se fazem obras na estrada nacional quinze, a pagar com fundos comunitários, quando todos sabem que se a estrada nacional é da responsabilidade das "ESTRADAS DE PORTUGAL" e não da Câmara Municipal, acrescentando que fica bem principalmente a quem é de Gandra e curiosamente Vereador das Obras Municipais, mandar fazer a rotunda da "Ponte da Pica" que liga à Universidade CESPU para assim ficar bem visto e, quem sabe, colher frutos no futuro. Mas isso não é o que um político responsável deve fazer." Com Veemência, respondeu que tais afirmações não correspondem à verdade tendo sido proferidas por ignorância, o que é mau, ou por demagogia, o que ainda é pior. Justificou que a obra em causa foi precedida de um concurso público aberto pelas "ESTRADAS DE PORTUGAL, S.A." e adjudicada à firma "ACÁCIO DA CARIDADE FERREIRA E IRMÃO", que apresentou o melhor valor, ou seja, duzentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e quatro euros e noventa e sete cêntimos. Lembrou que esta obra tem por objetivo eliminar um local perigoso naquela via que, por acaso, se situa na freguesia de Gandra, mas que vem beneficiar todos os utilizadores daquela via. Observou que a mesma não se trata de uma obra municipal e muito menos visa servir apenas a população de Gandra. Citando um outro articulista, também membro da Assembleia Municipal e do mesmo jornal, disse que o mesmo referiu que felizmente e ao longo dos anos a Junta de Freguesia de Gandra soube obter fontes de receita que se espera não venham a ser destruídas pela autarquia e que, no caso concreto, colocou dinheiro ao serviço de uma das



suas mais prestigiadas instituições, afirmando, mais adiante, que a Câmara Municipal prometeu apoiar os clubes desportivos depois das obras feitas e que só em Gandra tal tinha acontecido e que se veria se em Rebordosa e Lordelo as coisas não correm com a mesma rapidez do que em Gandra. Em resposta, e relativamente às fontes de receita, foi claro que foi a Junta de Freguesia que as soube obter ao longo de muitos anos. Porém, em relação à sua aplicação, disse ser um assunto que só à Freguesia e ao seu Executivo diz respeito e importa. Esclareceu ainda, que a freguesia não colocou dinheiro ao serviço de qualquer instituição, tendo apenas sido celebrado um protocolo através do qual o Complexo Desportivo, depois de libertado da responsabilidade financeira que assumiu, daqui a cerca de três anos, vai integrar o protocolo da freguesia. Quanto à rapidez da conclusão do Complexo Desportivo, fez questão de lembrar que o projeto em causa tem mais de seis anos, tendo sido pensado, projetado e, finalmente, executado, tendo tido o mérito de saber esperar, sendo que a paciência é uma virtude. Revelou ainda ter muitos projetos que estão em estudo para a freguesia de Gandra e que a seu tempo irão ser apresentados e assim melhorarão não só a freguesia de Gandra mas todo o Concelho. Acrescentou, que os que criticam poderão escolher fazer parte do problema, sendo sua a opção, no entanto, pedia, apenas, que não atrapalhassem o seu trabalho. -----

Cláudia Isabel Alves Teixeira da Mota (PS) - A sua intervenção faz parte integrante da presente ata. -----

Luciano Manuel Calheiros Gomes (PSD) - Referiu ter sido gratificante ter estado presente na inauguração da segunda edição da grande iniciativa que é o "ART ON CHAIRS" em Lisboa e também em Paredes, sendo no presente uma marca distintiva no Concelho de Paredes. Esclareceu que esta segunda edição tem uma importante vertente económica e que se pretende internacionalizar o projeto, sendo um projeto importante para a economia local que está já a ser acolhido por empresários do Concelho, embora seja um trabalho que irá levar o seu tempo. Referiu que, tivesse o Concelho de Paredes uma Associação Empresarial a sério, tudo poderia ser muito melhor, pois é a Câmara Municipal que se vem substituindo àquilo que devia ser a política de uma Associação Empresarial do



Concelho, cuja indústria dominante é a do mobiliário. Manifestou a sua satisfação embora haja muita gente que ainda não perceba apesar de grande parte da população já o perceba dado o esforço que se está a fazer na sua necessária publicitação realçando que neste projeto a Câmara Municipal está a fazer um ótimo trabalho na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal sendo já irreversível o ART ON CHAIR'S, seja quem for que, no futuro, esteja na condução dos destinos do Município de Paredes. -----

José Armando Coutinho Baptista Pereira (PS) - A sua intervenção faz parte integrante da presente ata. -----

Maria de Lurdes da Silva Meireles (PSD) - A sua intervenção faz parte integrante da presente ata. -----

Álvaro dos Santos Pinto (CDU) - Começou por manifestar a sua enorme satisfação em estar presente na inauguração do Complexo Desportivo de Gandra para a qual foi convidado e com tudo o que se passou incluindo as várias intervenções, apesar do muito frio e chuva que na altura se faziam sentir. Referiu ser bom ver a obra feita por homens que se batem pelas suas freguesias independentemente das suas cores partidárias e que fazem do serviço público a sua primeira função. Igualmente se mostrou satisfeito com o convite para o ART ON CHAIR e com os discursos então proferidos como foram os do Presidente da CCDRN, da Senhora Presidente da Assembleia da República, com um discurso muito capaz e animador assim como o discurso do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Observou que este foi um caminho percorrido que começa agora a dar os seus frutos pelo que há que valorizar aquilo que de positivo pode acontecer no momento e transportar, de uma forma muito atrativa o Concelho de Paredes sustentado na sua principal economia que é a indústria do mobiliário. Seguidamente falou daquilo que é mau e que é o facto de em dois mil e onze, todos os que vinham para o desemprego tinham direito no máximo a três subsídios de desemprego. Decorrido esse tempo acharam que isso era muito dinheiro e passaram a ter três Indexantes de Apoio Social e achando que esta verba também era muita, passaram a dois IAS's e meio e tendo ainda considerado muito tal valor para quem está desempregado, ao fim de meio ano, tira-se dez por cento,



mas ainda era preciso dar mais seis por cento, que por acaso foram os partidos da oposição que levaram o assunto ao Tribunal Constitucional. Porém, e não satisfeitos com tudo isto, a partir deste ano, os que se encontrarem na situação de desemprego passam a ter uma contribuição de onze por cento para a Segurança Social e ainda passam a fazer retenção na fonte sobre o IRS considerando ser este um esforço distribuído por todos os trabalhadores e por todos aqueles que dominam a riqueza e a economia – não é verdade! Prosseguiu, afirmando que o mais caricato, aconteceu no dia vinte e quatro de janeiro na cimeira de Davos, uma organização fundada no Reino Unido, que está preocupada com os um por cento dos mais ricos que possuem quarenta e oito por cento da riqueza global, não estando lá nenhum desempregado nem nenhum dos presentes com toda a certeza! -----

José Manuel Barbosa Outeiro (PSD) - Manifestou a sua satisfação e da sua bancada pelo facto de todas as bancadas elogiarem o projeto do ART ON CHAIRS, salientando que, de facto, Paredes se assume, no presente, como um Concelho de referência, sendo a indústria de mobiliário uma referência nacional e internacional e que este é o caminho traçado para a projeção do Concelho a nível nacional e internacional, pela indústria do mobiliário, principal empregador no Concelho de Paredes. Relativamente à descida do desemprego no Concelho de Paredes, revelou que foram recentemente publicados pelo INE dados onde se pode constatar um decréscimo bastante acentuado, não que satisfaça ou seja mesmo motivo de grande orgulho, porém, é notória uma tendência constante e progressiva da descida do desemprego no Concelho de Paredes sendo a descida mais acentuada dentro da Zona Metropolitana do Porto e Vale do Sousa. Revelou que em dezembro de dois mil e treze registaram-se oito mil quinhentos e vinte e oito e em dezembro de dois mil e catorze, sete mil e cinquenta e sete, o que demonstra uma redução de mil e quinhentas pessoas, esperando que esta tendência se mantenha. Deu conta de que quer a indústria do calçado, quer a indústria do mobiliário, foram das indústrias que mais cresceram em termos de exportações com um record de duzentos e setenta e um milhões, de volume de exportações, para países onde, há uns anos atrás, nem sequer havia participação do Concelho de Paredes. Estes são factos e realidades que a todos devem



motivar para cativar o maior número de indústrias para que o Concelho possa rapidamente sair desta fase de transição, onde o desemprego passe a ter outros números. Quanto à delegação de competências para as Juntas de Freguesia afirmou julgar que a respetiva Lei obriga a que haja áreas onde essa descentralização tenha que ser feita e o Partido Social Democrata, tendo o número de Juntas de Freguesia que tem, não irá ficar ao lado dessa realidade, não vai ficar à espera que seja o Partido Socialista a dizer como irá ser feita essa mesma descentralização pois, a seu tempo, o Partido Social Democrata irá também apresentar, nessa área, alguns aspetos e alguns pontos que poderão ajudar a ir ao encontro da Lei, das carências e das amplitudes da nova realidade, que são as Juntas de Freguesia, até porque, com a agregação, há um conjunto de competências que podem ser transferidas para as mesmas e que terão de ser abordadas e encaradas no futuro de uma forma diferente. Lamentou o facto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Sobreira ter desvalorizado um conjunto de obras que a Câmara Municipal executou e que mudaram a Sobreira ao longo dos últimos anos! Defendeu que haverá sempre problemas após a realização de obras, mas transformá-las num conjunto de problemas não é o melhor caminho. Manifestou a sua estupefação com os valores solicitados para a realização de obras na Sobreira - dois milhões de euros, levando-o mesmo a dizer que teriam de ser feitas outras contas relativamente ao ponto número três da ordem de trabalhos! Referiu a necessidade de se ser realista e de se resolver aquilo que são, de facto, as maiores necessidades das freguesias, pois sabe-se qual o papel da Junta de Freguesia assim como as suas competências nas respetivas atividades e no seu dia-a-dia. Referindo-se à intervenção do Senhor Membro Rui Silva, afirmou que não tem que ficar preocupado com as palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gandra tendo sugerido que, sendo o Ministério das Obras Públicas tutelado por um Ministro do CDS-PP, pedia encarecidamente para que a obra de duzentos e poucos mil euros na estrada nacional número quinze, possa ser replicada em muitas outras freguesias, exercendo influência junto do ministro do CDS-PP, porque certamente todos os Presidentes de Junta não



deixarão de ficar satisfeitos com obras do montante daquela que está a ser realizada em Gandra que deve ter sido das poucas obras realizadas no Concelho!-----

--- **Defesa da honra - Rui José Fernandes da Silva (CDS-PP)** - Defendeu que, pelo facto do Ministro das Obras Públicas ser do CDS-PP, afirmou nunca ter pedido favores nem exerceu influências para qualquer espécie de obra. Referiu que as obras têm que ser feitas em função da utilidade que as mesmas têm, sendo necessário fazer sentir tal facto junto das pessoas que têm o poder de decisão, o que infelizmente nem sempre se consegue sendo os exemplos sobrantes. Relativamente ao artigo de opinião sobre as obras em Gandra, lamentou o facto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia não ter prosseguido com a sua leitura uma vez que, mais à frente, é dito não estar em causa a obra mas a falta que o dinheiro irá fazer e que são os quarenta mil euros que a Câmara Municipal teve que lá investir, registando a existência de que muitas Juntas de Freguesia não recebem este montante de dotação anual, sendo isso que está em causa! Observou que, quando as Juntas de Freguesia são questionadas pelos seus eleitores que não têm feito obras, é preciso saber o orçamento atribuído, pois muitas delas têm um orçamento inferior ao que foi gasto na referenciada obra em Gandra. Reiterou o facto da falta que este dinheiro faz e virá a fazer quando estas obras estiverem terminadas, como por exemplo para reparar as estradas do Concelho, reforçar os cofres das depauperadas freguesias, que têm que fazer mais com o mesmo dinheiro dos anos anteriores! -----

--- **José Augusto da Silva Borges (PSD)** - Elogiou também a inauguração do projeto ART ON CHAIRS aproveitando para criticar o facto do Partido Socialista ter sido a única força partidária ausente. Referiu que todos se mostram preocupados com os problemas dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia sendo que alguns nunca na Assembleia Municipal expuseram os seus problemas, embora se veja o Partido Socialista preocupado com a falta de apoio nas suas freguesias assim como com o despesismo da Câmara Municipal. Criticou o seu colega da Sobreira que mais pareceu reivindicar o orçamento da Câmara Municipal. Deu conta da sua preocupação uma vez que, fazendo-se a vontade ao Senhor Presidente da Sobreira, os restantes nada tinham para fazer e alertando os



Senhores Presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal para que estas palavras não sejam tidas em consideração. -----

--- **Senhor Presidente da Câmara Municipal** - Começou por se dirigir ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Sobreira afirmando ter escutado a veemência do seu protesto referindo não tendo ouvido dizer durante a sua intervenção que a Câmara Municipal desde a aprovação da Lei das Finanças Locais em dois mil e seis da autoria do inquestionável e insuspeito António Costa, a Câmara Municipal de Paredes recebeu menos setenta milhões de euros, o que considerou um facto grave para quem veio fazer uma intervenção tão profunda sobre aquele que deve ser o orçamento Municipal. Referiu que aquele Senhor Presidente de Junta de Freguesia está completamente deslocado no espaço e no tempo e que a sua intervenção provavelmente era a mesma quando era líder da oposição na Assembleia de Freguesia de Sobreira com a diferença de ser agora o Presidente de Junta e quase parecia ser o seu opositor a falar contra o Presidente da Junta de Freguesia da Sobreira uma vez que, se na Sobreira nada acontece por mão da Junta de Freguesia, questionou sobre de quem é a responsabilidade? É dos Presidentes de Junta de Recarei, Parada de Todeia, é do Presidente da Câmara Municipal? Defendeu que cada um terá que defender as suas responsabilidades e se foram feitas propostas e promessas ao povo, é o Presidente da Junta da Sobreira que a elas está vinculado e mais ninguém. Aconselhou a que no Partido Socialista se devesse dialogar mais pois se dúvidas houvesse, o Doutor Baptista Pereira afirmou a propósito dos protocolos de transferências para os Municípios a quantidade de receitas que foram retiradas aos Municípios e assim sendo, ou o Senhor Presidente de Junta diz que a Câmara Municipal tem muito dinheiro e não o quer distribuir, ou o Doutor Baptista Pereira disse a verdade que a Câmara Municipal tem vindo a ser condicionada na sua atuação dado haver uma efetiva redução de receita aos Municípios questionando-se sobre como pode um líder de bancada afirmar que os Municípios estão a ser condicionados e depois um Presidente de Junta de Freguesia do Partido Socialista vem dizer que quer receber mais do que aquilo que tem!? Lembrou ainda o Senhor Presidente de Junta que está à espera da resolução do terreno do Imperial



Sport Clube Sobreirense conforme foi prometido em reunião e em campanha eleitoral pois se for feito aquilo que foi prometido fazer, a Câmara Municipal fará a obra como já fez noutras freguesias. Referiu que é necessário fazer algo mais pois só vender a sucata que a Câmara Municipal deu não chega! Relativamente às obras das Estradas de Portugal, afirmou parecer haver gente que ainda se confunde com as rotundas e que, por incrível que pareça, fica incomodada com os investimentos que vão surgindo como se fosse possível questionar que os investimentos que se destinam a resolver *pontos negros* no Concelho de Paredes independentemente de qual seja a freguesia! De seguida, questionou-se se por acaso alguém se preocupou com o facto da Câmara Municipal de Paredes ter recebido na cidade de Paredes a estrada nacional quinze tendo investido o que investiu e também com fundos comunitários? Lamentou o facto de, de repente, se estar a instalar algum ódio na política e se queira lançar freguesias contra freguesias assim como pelo facto do Senhor Membro Rui Silva ter questionado os investimentos numa freguesia quando deliberadamente ignora que o maior investimento alguma vez feito pela Câmara Municipal numa estrada nacional foi precisamente na sua freguesia! Revelou que além da obra que está a ser levada a efeito pela Estradas de Portugal com a colaboração da Câmara Municipal dado que a aquisição dos terrenos bem como a substituição dos materiais foi da Câmara Municipal, perguntando sobre qual o problema sobre tal facto e se a Câmara Municipal não podia fazer e pagar a rotunda em Duas Igrejas e em Baltar sendo uma estradas nacionais assim como a requalificação da estrada nacional duzentos e nove, considerando censurável tais aspetos na política local! Anunciou que a Estradas de Portugal vai assumir a requalificação da estrada nacional duzentos e nove em Lordelo em frente à Escola Básica Secundária assim como vai construir os passeios entre Cete e Parada de Todeia não vendo, pois, qualquer polémica em torno da captação do investimento e em torno do exercício da influência política junto dos membros do Governo e, neste aspeto, há gente que não tem nada que dizer e diz as coisas apenas por dizer! No que diz respeito às transferências de competências, revelou não ser expectável que a Câmara Municipal venha a assumir quaisquer transferências de competências além daquelas que está obrigada a



cumprir por Lei. Lamentou e classificou de infeliz a intervenção do Senhor Membro Baptista Pereira sobre que as transferências de competências independentemente do partido que esteja no Governo acabam por ser más para os Municípios, dando conta do facto da Câmara Municipal ter assumido a generalização das refeições no primeiro ciclo e, aquando da assinatura do acordo, a Câmara Municipal pagava vinte por cento contra os oitenta por cento do Governo e passados dois anos e durante o mesmo Governo, as Câmaras Municipais passaram a pagar oitenta por cento e o Governo vinte por cento. No domínio dos transportes escolares, o Governo anterior decidiu que as crianças deslocadas dos Centros Escolares teriam transporte escolar financiado pelo Ministério da Educação tendo sido dois anos ao fim dos quais, as Câmaras Municipais se quissem fazer o odioso de retirar os transportes escolares tê-lo-iam feito unilateralmente e a Câmara Municipal assumiu esse custo de um milhão e trezentos mil euros por ano, podendo falar de muitos outros exemplos. Ainda em relação à transferência de competências disse ter aprendido que enquanto Presidente de Câmara, a não ser que haja um claro e inequívoco quadro financeiro de receitas que cubra claramente a despesa, jamais aceitará qualquer tipo de transferência de competências alertando para que não se surpreendessem se a Câmara Municipal devolver as competências do segundo e terceiro ciclos, pois o Executivo Municipal foi eleito para defender os interesses do Município e não deste ou daquele partido, desta ou daquela agenda. Quis ainda manifestar o seu espanto e o seu lamento por nenhum representante do Partido Socialista ter estado presente na inauguração do ART ON CHAIRS só havendo uma justificação para tão grande falta, explicando que este evento é só o melhor projeto europeu em vigor e não foi entregue o prémio do ano seguinte e há uma fação política, ideológica ou outra coisa qualquer em Paredes que acha que o projeto ART ON CHAIRS não merece a sua presença numa cerimónia de inauguração! Classificou esta atitude como uma enorme “dor de cotovelo” por parte daqueles que não seriam capazes de fazer um projeto com estas características e também, porque não conseguem assistir com “um sorriso amarelo” ao sucesso daqueles que governam a Câmara Municipal de Paredes. Acusou os membros do Partido Socialista de



envergonharem o tecido empresarial de Paredes pois tinham obrigação de estar naquele evento, quanto mais não seja porque estava lá a Presidente da Assembleia da República, sendo uma obrigação representar o eleitorado que elegeu os membros daquele partido e é uma obrigação estar presente numa cerimónia onde essa mesma presença é requerida sob o ponto de vista institucional e protocolar. Manifestou a sua vergonha por tal ausência e para aquilo que o que o Partido Socialista representa para a indústria de Paredes! Lembrou que a residência universitária em Gandra começou a ser construída com as necessárias demolições, lamentando o facto de não ter lido nenhum artigo de algum pseudointelectual de esquerda sobre tal facto, mas vendo-se pessoas que apenas querem dizer mal daquilo que se faz e, se se atrasa meio ano nos projetos, é o “cabo dos trabalhos”! Revelou que no espaço entre a última e a presente Assembleia Municipal, foi lançado o “PROJETO NA ROTA DO IDOSO EM SEGURANÇA”, recentemente apresentado, registou também a presença do teatro de Cristelo entre os nove finalistas do Concurso Nacional de Teatro. Revelou ainda que, em breve será entregue todo o material individual a todos os Bombeiros de todas as corporações de Bombeiros do Concelho de Paredes bem como a inauguração do relvado sintético do Complexo Desportivo de Gandra sendo que, até ao final do presente mês e segundo informação dada, arrancará o relvado sintético de Rebordosa. Afirmou não deixar de ser digno de registo o facto de Paredes ter recuperado a liderança na reciclagem de resíduos sólidos urbanos o que é sinónimo de que o Executivo Municipal continua a eleger o ambiente como uma prioridade e porque a reciclagem implica redução de custos assim como otimização das soluções de proteção ambiental. Referiu-se ao projeto da “CAPITAL JOVEM DA CRIATIVIDADE” informando terem sido identificados vinte e dois projetos que passaram à fase de avaliação de financiamento aguardando-se nesta altura a publicação dos regulamentos dos fundos comunitários para se avaliar sobre quais das ideias têm cabimento ao nível das candidaturas de forma a que possam ser tomadas decisões sobre a implementação da mesma. Sem prejuízo, as vinte e duas ideias que estão identificadas não devem ser entendidas como as únicas ideias que o Município pretende financiar, pelo que



os presentes e os ausentes estão convidados a fazer propostas uma vez que a Câmara Municipal pretende dar início a este projeto este ano. Era espectável que o programa de fundos comunitários estivesse disponível já em março, porém, tanto quanto se diz, já não será bem assim, fala-se em junho, pelo que este projeto estará na linha da frente das prioridades da Câmara Municipal logo que se saiba qual o enquadramento do financiamento que será eventualmente anunciado nas próximas semanas, mas as candidaturas serão viáveis a partir de junho. -----

O Senhor Presidente da Mesa agradeceu o convite endereçado à Assembleia Municipal para a cerimónia de inauguração do ART ON CHAIRS tendo elogiado o mesmo. -----

Sendo vinte e duas horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal ausentou-se sendo substituído pelo Senhor Vice-Presidente. -----

Seguidamente, entrou-se no "PERÍODO DA ORDEM DO DIA". -----

1 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO - PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente à reunião o relatório de atividades e situação financeira do Município que previamente foi enviada todos os Senhores membros deste Órgão da Administração Local. -----

Solicitaram o uso da palavra os seguintes Senhores Membros da Assembleia Municipal: Paulo Silva, Luciano Gomes e Álvaro Pinto. -----

Paulo Jorge Moreira da Silva (PS) - Esclareceu que o PS sabe como e quando quer e deve fazer as suas intervenções, não andando a reboque de ninguém, pelo que ao ser agendado como ponto da Ordem de Trabalhos, o Relatório de Atividades Municipais e Situação Financeira do Município cabe neste ponto da Ordem de Trabalhos. Referiu que o Partido Socialista desde sempre tem vindo a elogiar o ART ON CHAIRS, assim como numa ou noutra situação feito algumas críticas a alguma promoção que tem sido feita tendo desde sempre defendido que a grande aposta assim como os maiores gastos deveriam ser feitos no exterior. Reconheceu que eventos como aqueles que aconteceram em Lisboa e em Paredes são necessários para dar nome e dimensão ao ART ON CHAIRS, porém, a



exposição que aconteceu no aeroporto Francisco Sá Carneiro, aquando da chegada de turistas à cidade, deu muito mais nome e prestígio ao mobiliário sendo o essencial projetar o nome de Paredes fora do Concelho, atendendo até à situação económica que o país vive e que os empresários em Paredes estão a crescer em cerca de treze por cento ao ano de vendas para exportação. Reiterou que o seu partido sempre defendeu iniciativas destas mas era preciso dar-lhe um nome e, não sendo uma crítica é apenas uma realidade bastando ver-se que, aquando do lançamento do ART ON CHAIRS nesta última semana, volvida uma semana, surge uma notícia de uma empresa que não é de Paredes mas só porque foi a Nova York, conseguiu entrar no mundo do cinema que ofuscou tudo o resto. Felicitou o trabalho desenvolvido embora se deva passar rapidamente para outra dimensão.-----

Luciano Manuel Calheiros Gomes (PSD) - Referiu que numa conjuntura difícil e numa situação muito difícil para a Câmara Municipal se o Relatório de Atividades for lido com atenção, poder-se-á constatar que há um trabalho desenvolvido em todos os pelouros dando particular significado a área social onde é possível ler inúmeros relatórios e processos de isenção de pedidos de pagamento, nomeadamente de tarifas de resíduos sólidos, passes e refeições escolares que, na sua esmagadora maioria são atendíveis, são situações concretas, o que se traduz desde logo num relevante apoio financeiro como se pode igualmente constatar nas agendas das reuniões de Câmara, bastando ler as atas e vermos que metade da Ordem de Trabalhos praticamente se destina a isenções de pagamento, ou seja, a apoio social. Relativamente aos pedidos de apoio alimentar, os mesmos são praticamente atendidos a cem por cento, podendo ver-se também apoio com duzentos e setenta e sete cabazes alimentares em dois meses o que não deixa de ser significativo para os agregados mais necessitados, inúmeros apoios na área da saúde assim como a aprovação de diversos pedidos para pagamento de rendas e créditos de habitação. Prosseguindo, elogiou o trabalho do Gabinete de Acompanhamento Psicológico lembrando o processamento de cento e setenta e sete rendas de habitação social. Defendeu os gastos da Câmara Municipal com todos estes processos dando



prevalência aos apoios sociais dada a sua premência e necessidade. -----

Álvaro dos Santos Pinto - Prescindi. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

**2 - MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO - ANO 2015 - 1ª REVISÃO À DESPESA -
PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO.** -----

Foi presente à Assembleia Municipal a proposta supra mencionada a qual foi previamente enviada a todos os Senhores membros deste Órgão da Administração Local. Para discussão deste ponto, inscreveram-se os seguintes Senhores Membros da Assembleia Municipal: Álvaro Pinto. -----

Álvaro dos Santos Pinto (CDU) - Defendeu que, dada a natureza do documento ora em discussão, valeria sempre a pena um esclarecimento do Executivo Municipal. Afirmou ser apenas uma modificação a qual tem a ver com os pontos seguintes não parecendo um ponto de grande polémica de rúbricas que não vão ser gastas poderem ser modificadas para outras rúbricas necessárias não se mexendo no orçamento da despesa e que terá o voto favorável da CDU. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU PELA SUA APROVAÇÃO, POR MAIORIA, COM VINTE E OITO VOTOS A FAVOR, QUINZE VOTOS CONTRA, CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA À PRESENTE DELIBERAÇÃO. -----

Declaração de voto: José Armando Coutinho Baptista Pereira (PS) -----

Esclareceu que na reunião de líderes havia suscitado alguma dúvida pelo facto de não haver uma explicação ou discussão por parte da Vereação, pelo que o Partido Socialista optou por fazer uma declaração de voto. Defendeu que votou contra dado ter votado contra o orçamento da Câmara Municipal e porque ao fazer-se uma modificação, entende que a mesma poderia ter sido mais alargada do que a que foi feita, pese embora tenha sido feita para a resolução de um problema de recursos humanos pelo que, a fazer-se uma revisão, ter-se-ia seguido a proposta do Partido Socialista. -----



3 - CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. -----

Foi presente à Assembleia Municipal a proposta supra mencionada a qual foi previamente enviada a todos os Senhores membros deste Órgão da Administração Local. Para discussão deste ponto, solicitaram o uso da palavra os seguintes Senhores Membros da Assembleia Municipal: Álvaro Pinto, Paulo Silva, Luciano Gomes, José Manuel Outeiro e Rui Silva. -----

Álvaro dos Santos Pinto (CDU) - Começou por referir que a contração deste empréstimo faz algum sentido explicando que, existindo uma dívida, a mesma vai aumentar ou não se não for feito este recurso financeiro uma vez que, ao fazer-se um empréstimo para resolver um problema, aumentará ou não a dívida, sendo que, como membros da Assembleia Municipal, é um dado adquirido que o empréstimo servirá para a construção de obras ou para efetuar pagamentos de dívidas que existem e saber se em relação ao que existia e ao que agora se propõe fazer, a dívida global da Câmara Municipal aumenta ou diminui com a contração deste empréstimo. Salientou ser este um problema que terá de ser votado em consciência, sendo convicção da sua bancada, que esta dívida será para servir para pagamento aos credores da Câmara Municipal servindo também, se não existisse essa dívida para pagar aos credores, no futuro, os juros de mora que os credores pudessem exigir à Câmara Municipal, que seria superior àquilo que é a contração do empréstimo, pelo que a dívida global aumentaria se tal não fosse retirado. Afirmou que, para além de diminuir a dívida, far-se-á ainda uma outra coisa por todos reclamada que é o facto de se poder evitar falar-se em atrasos e falências de empresas. Defendeu que o documento ora em discussão só perde por tardio e dentro da lógica daquilo que foi o seu estudo da documentação e não querendo substituir-se a qualquer Vereador, da parte da CDU, poder-se-á dizer que, presentemente, é o voto favorável feito com mais regalo do que qualquer outro. -----

Paulo Jorge Moreira da Silva (PS) - Referiu que quatro meses depois se estava a discutir a aprovação de mais uns milhões para se ir aguentando o Município à superfície da água



completamente desnorteado. Lembrou que em novembro o Partido Socialista alertou e questionou se o empréstimo se destinava ao saneamento financeiro tendo sido acusados de ilusionistas e isso porque era apenas um empréstimo para fazer face às necessidades. Porém, agora é para um saneamento financeiro que é obrigatório segundo o PAEL sendo o empréstimo para pagamento das contas que o saneamento financeiro obriga pois uma coisa não pode ser desligada da outra. Esclareceu que na altura pareceu estranho ter havido apenas um banco a responder a um pedido de empréstimo pelo Município que é, na opinião de quem o desgoverna, um exemplo de boas contas questionando se já nem os bons negócios interessavam à banca? Referiu que o presente empréstimo é o mesmo que foi apresentado há quatro meses porque o Tribunal de Contas não deu o seu aval levantando as mesmas dúvidas que os socialistas levantaram na Assembleia Municipal lembrando que fora dito na altura que juntamente com o empréstimo fosse apresentado o plano para que se pudesse entender para se saber para que serviriam os vinte milhões. Observou que, a autarquia, para tentar fazer passar esta situação, e passou a citar, contrata *“um técnico com fortes conhecimentos técnicos e científicos de forma a que seja apresentado ao Tribunal de Contas um plano de saneamento de qualidade superior”* tendo sido contratado alguém por cerca de trinta e três mil euros incluindo IVA dos quais já recebeu sessenta por cento. Lembrou que ninguém explica como dentro de algum tempo o Município irá conseguir pagar cerca de quinhentos mil euros de três em três meses quando não tem trinta e seis cêntimos para pagar um parafuso, porém, o que mais o incomodava era o facto da autarquia planear durante algum tempo pagar apenas os juros e quando outros tomarem conta do Município, que arranjem os quinhentos mil euros para juntar à série de empréstimos já existentes o que baixa a possibilidade dos juros de mora e criticou o facto do não pagamento dos juros de mora assim como do não pagamento das faturas, lembrando que tais factos foram alertados pelo Partido Socialista que, quando foi votada a contratualização com o Ministério da Educação para que as escolas do ensino Básico EB dois e três e Secundário, ficassem sob a alçada da Câmara Municipal, e, na altura, era um Governo do PS, ficaram sob a alçada da Câmara Municipal os funcionários



tendo o PS alertado que aquele não era o melhor caminho e que se olhasse para os exemplos dos Municípios vizinhos esperando pela sua evolução, podendo aderir-se a qualquer altura, o que foi o contrário do que fez o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que aceitou as escolas e funcionários e rejeitou das chamadas de atenção do PS e o que fizeram Concelhos vizinhos, sem que se desse tempo para ver como as coisas iriam funcionar para posterior decisão. Alertou para o facto de haver uma dívida a uma Associação de Pais e tudo porque durante muitos anos essa Associação de Pais recebia o dinheiro diretamente dos pais e, como tal, nunca houve problemas com pagamentos, ao contrário do que desde há dois anos acontece, em que a Câmara Municipal resolveu mudar as regras, recebendo o dinheiro e só depois o disponibilizar e, como resultado, estão com cerca de treze mil euros de atraso quando durante todo esse tempo a Associação de Pais nunca teve problemas em pagar aos fornecedores! Salientou que, a maior parte destas pessoas já faliram e, infelizmente, não irão ver dinheiro, empresas até bem prestigiadas no Concelho. Disse, serem estes aspetos que estão em causa e que este empréstimo irá ser aprovado não se sabendo qual o aval do Tribunal de Contas apesar do técnico altamente especializado para dar um parecer, mais parecendo que o Município não dispõe de um funcionário para fazer algo semelhante, apesar deste técnico não ter tido pesos morais e éticos, pois sendo um consultor externo do Tribunal de Contas, é algo que, em termos éticos e morais, deve ser questionado, porque é alguém que habitualmente trabalha com o Tribunal de Contas e resolve elaborar um parecer para uma autarquia sabendo que esta muito dele precisa para ver o seu empréstimo aprovado. Reconheceu a inexistência de ilegalidades, embora considere estranho que a atividade principal do já referido técnico é ser Consultor do Tribunal de Contas, cujo estatuto deu para cobrar vinte e sete mil euros mais IVA, o que considerou indecente, pois o mesmo só aceitou este trabalho por receber na totalidade os seus honorários. Relativamente às dívidas da Câmara Municipal, afirmou que o PS gostaria que as mesmas fossem pagas da mesma forma que está a ser paga a do consultor externo, até porque naquela lista falta muita gente que habitualmente presta serviços a esta autarquia e recebe de imediato



como é o caso deste consultor que só aceitou fazer o serviço recebendo grande parte do dinheiro. Defendeu que o que o Partido Socialista pretende que se paguem as dívidas tal qual se paga ao consultor técnico, pois o PS votaria a favor e disse não entender como determinado tipo de faturas que demoram dois anos a ser pagas, ninguém consegue explicar, e agora que a autarquia tem imensas dificuldades, irá conseguir arranjar cerca de quinhentos mil euros para pagar de três em três meses. -----

Luciano Manuel Calheiros Gomes (PSD) - Lembrou ter sido a política de José Sócrates que levou o país para uma situação caótica e que cabe agora ao atual Governo arcar com todas as consequências, governar numa conjuntura difícil e que se está a fazer a recuperação do país. Referiu que tudo isto nada tem a ver com a política municipal e lembrou que o assunto ora em discussão já tinha sido discutido há quatro meses não tendo havido qualquer razão de circunstância, tendo mesmo a intervenção do Senhor Álvaro Pinto sido esclarecedora. Acrescentou, que este assunto não mereceu qualquer visto recusado do Tribunal de Contas mas sim pedidos de esclarecimento, o que é diferente, não tendo havido qualquer alteração a não ser quando este assunto veio aos Órgãos Municipais em que foi incluído no pedido a faturação de dois mil e catorze, que não podia ter sido feita nessa altura. Recordou que, o novo spread, baixou de dois ponto quarenta e cinco para dois ponto doze o que na prática, levou a que o montante de juros, passou de quatro milhões zero setenta e nove, para três milhões seiscentos e cinquenta e quatro ponto noventa e seis. Lembrou que quando este assunto chegou aos Órgãos Municipais, o Tribunal de Contas apenas considerou a faturação de dois mil e catorze porque o pedido entrou depois do encerramento das contas relativas ao mesmo ano, o que obrigou a refazerem-se as contas. Defendeu que o assunto é o mesmo e serve exatamente os mesmos fins a que recorreram inúmeros Municípios. Chamou a atenção para o facto de o documento ser o mesmo e não outro, sendo que, no seu entendimento, e feitas as contas, é mais benéfico para a Câmara Municipal, tendo em conta que o novo spread baixou de dois pontos quarenta e cinco para dois ponto doze, o que, na prática, o montante geral de juros, passou de quatro milhões zero trezentos e setenta e noventa e



dois zero setenta e nove para três milhões, seiscentos e cinquenta e sete ponto quatrocentos e cinquenta e três, o que veio a dar numa poupança de cerca de setecentos e trinta e cinco mil euros. Esclareceu que tal facto não foi pensado, mas a decisão do Tribunal de Contas de exigir que as faturas fossem contempladas após a respetiva data, obrigou a que fosse refeito outro documento. Realçou que nada mais o documento contempla, chamando mesmo a atenção para os valores que são exatamente iguais, criticando os argumentos expostos pelo Partido Socialista! -----

José Manuel Barosa Outeiro (PSD) - Justificou que a sua bancada iria votar favoravelmente esta proposta uma vez que sabe qual a realidade do Concelho e que esta é uma solução para a saída difícil em que o Concelho se encontra. Convidou o Partido Socialista para que, com toda a sua demagogia, se tivesse uma situação *milagrosa* a apresentasse ao Município. -----

Rui José Fernandes da Silva (CDS-PP) - Defendeu que, na sua opinião, este empréstimo era igual ao anterior esclarecendo que o que o preocupa não são as excelentes condições em quem o mesmo vai ser contraído reconhecendo a existência de um ganho em termos percentuais no spread, porém o facto de apenas ter havido uma única proposta não houve o aproveitamento por parte da entidade bancária no sentido de subir a taxa de spread o que seria ridículo. Lembrou que no anterior empréstimo o CDS-PP votou contra defendendo que o que o preocupava não eram as condições do empréstimo mas sim a forma como se chegou a este estado de coisas sendo que, no ponto seguinte, quando foi votado o PAEL tudo iria ficar saneado e, dois anos depois, mais um empréstimo de vinte milhões considerando que tais factos não significam dar para um Santo mas sim para uma confraria inteira! Referiu que este empréstimo era para dois mil e vinte e nove e quando este Executivo sair e foi ele que fez as dívidas serão deixados dezoito milhões de dívida para os seguintes que irão ter a preocupação de arranjar os tais quatrocentos e tal mil euros de três em três meses algo que não lhe parece justo, considerando não ser um aval mas sim um abalo para a Câmara Municipal de Paredes. Disse compreender a necessidade deste empréstimo porém não se podiam caucionar este tipo de



comportamento de desespero financeiro sendo um facto que a condição para reunir um empréstimo de saneamento financeiro ainda tem muito que se lhe diga pelo que o CDS-PP vai manter-se coerente votando contra uma vez que não é justo deixar uma herança tão pesada para as gerações vindouras. -----

colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU PELA SUA APROVAÇÃO, POR MAIORIA, COM VINTE E OITO VOTOS A FAVOR, E QUINZE VOTOS CONTRA, CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA À PRESENTE DELIBERAÇÃO. -----

4 - PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO - PROPOSTA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. -----

Foi presente à Assembleia Municipal a proposta supra mencionada, a qual foi previamente enviada a todos os membros deste Órgão da Administração Local. -----

Solicitaram pedido de intervenção os Senhores: Rui Silva e João Reis. -----

Rui José Fernandes da Silva (CDS-PP) - Salientou a existência de faturas de dois mil e treze, dois mil e catorze, algumas das quais de valor irrisório e que só por distração não foram pagas mas que levam a que o Município tenha que contrair este saneamento financeiro que, com a aprovação do PAEL pensou estarem equilibradas, porém existem mais vinte e seis milhões para pagar sendo vinte milhões de empréstimo. Afirmou que, se se recuar a dois mil e doze, com a aprovação PAEL iria permitir tal como se viu na sua discussão, liquidar a responsabilidade vencida de que a Câmara Municipal apresentava nessa altura. Assim sendo, considerou que as contas foram mal feitas e apenas chegaram para muito pouco ou ter-se-á continuado a gastar tendo-se chegado à necessidade dos vinte milhões de empréstimo para pagar algumas faturas vencidas desde dois mil e doze. Observou que, face às condições deste empréstimo, não era qualquer um que se podia candidatar pois é necessário reunir condições e se estas foram a dívida do município ter ultrapassado em trinta e um doze de dois mil e catorze, um vírgula cinco vezes a receita líquida cobrada nos últimos três exercícios defendendo serem estas as condições a reunir para pedir um saneamento financeiro sendo uma pena ter-se chegado a esta



situação financeira que irá obrigar a muitos cortes. Observou que as verbas a que a Câmara Municipal se propôs cortar aquando da aprovação do PAEL em meados de dois mil e catorze, alguns valores já ultrapassavam em muito aquilo que estava aprovado no Plano e Orçamento questionando-se se para o PAEL, as medidas que iriam servir para a diminuição da dívida não têm resultado como se pode ver pela documentação, em que a despesa corrente está acima daquilo que está orçamentado, como será agora com mais vinte milhões!? Defendeu a necessidade de se fazer uma avaliação sensata e efetiva de todos os investimentos futuros, calculando muito bem cada euro que se irá gastar no futuro, caso contrário, dentro de três ou quatro anos, se lá se chegar, a ter de fazer dois ou três saneamentos financeiros nem o "Siriza" nos poderia valer! -----

João Paulo Alves dos Reis (PS) - Começou por dizer ser esta a segunda vez que se vai discutir este assunto e que a posição do PS não mudará dado que este Plano de financiamento não faz sentido pois só virá hipotecar as finanças do Município, embora alguém já tivesse dito que este documento era o mesmo de há quatro meses atrás, só que com mais vinte e sete mil euros gastos pois pagou-se a um consultor financeiro para fazer o mesmo projeto. Defendeu que este é um risco que a Câmara Municipal corre e em que tem que pagar cerca de quatrocentos mil euros de três em três meses e em que um dos problemas está no indexado Euribor e não no Spread com valores baixíssimos podendo o empréstimo subir ainda em mais cem mil euros! Referiu que basta ler o documento para que se veja o tipo de gestão que a Câmara Municipal tem. Disse que, no âmbito do PAEL, que se supunha seria para liquidar dívidas atrasadas do Município, foram anunciadas dez medidas que visavam a redução das despesas da Câmara só que, das dez medidas elencadas, sete não estão cumpridas e, pior do que isso, aumentaram os gastos que estavam comprometidos no plano apresentado e as três que são cumpridas, são as de menor impacto e insignificantes o que está escrito no plano que foi pago ao consultor e são apresentadas mais propostas, porém, se não se cumprem no âmbito do PAEL certamente não se cumprirão agora. Considerou a gestão financeira da Câmara Municipal como uma ilusão, parece que existe mas não há e as razões deste empréstimo durante



catorze anos com a assunção de um plano trimestral de pagamentos de quatrocentos e quarenta e seis mil euros, na esperança que a Euribor se mantenha baixa nos próximos catorze anos vai ser um desastre e está a hipotecar em definitivo o Concelho de Paredes. Disse perceber da necessidade da liquidação de dívidas a fornecedores as quais não deviam existir, pois parece que fornecer a Câmara Municipal é uma atividade de risco, pois as faturas não são pagas e, noventa por cento das mesmas, são de despesa corrente, tendo feito questão de dizer que fala do valor das faturas e não destas pois há um menor número de fornecedores com maior parte de endividamento quase como aquela parte de fornecedores de terem um por cento a mais do valor da terra que existe. O grande número de fornecedores são da despesa corrente, da despesa que se repetem num enorme número de páginas com fornecedores com o mesmo tipo de serviços que não são pagos, são faturas vencidas abaixo de cem euros. Existem dívidas de trinta e nove cêntimos, fora aquelas que são abaixo de vinte e abaixo de mil euros, que são centenas. Atrasos no pagamento à Caixa Geral de Aposentações, ao Instituto de Segurança do Concelho ou a Associações do Concelho, são sinais de que nada funciona na Câmara Municipal de Paredes. Referiu que, sem o encargo trimestral de quase meio milhões de euros, a Câmara Municipal não pagou a despesa corrente como será possível pagar depois!? Defendeu que o Município não vai fazer o básico que é defender capital. -----

Álvaro dos Santos Pinto (CDU) - Referiu que esta era uma dívida embora com o culminar das Assembleias Municipais, seja vulgar ouvi-los manifestar pelas suas terras acusando os partidos do arco da governação de que quando há dinheiro vindo da TROIKA gastam-no facilmente. Defendeu que ou se faz obra ou não, pois não há outra coisa a defender e quando os sucessivos governos vão apresentando diminuição de receita para as Juntas de Freguesia e para a Câmara Municipal, todos se calam porque foi o atual governo que aprovou! Definiu que a CDU nada teve a ver com aquilo que foi a gestão da Câmara Municipal pois não tem representação na Câmara Municipal aproveitando para acusar o PSD, o PS e o CDS-PP de aprovar a Carta Educativa que irá durar muitos anos, algo que a CDU votou contra, nada tendo dado para tal peditório.



Voltou a criticar os partidos que se vincularam a uma dívida astronómica e perante a realidade tinham em mão um documento que necessitava de ser aprovado. -----

Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal - Reconheceu que este assunto estava a ser deliberado pela segunda vez e que, no seu entender, o Partido Socialista tinha uma nova oportunidade, sendo que, na primeira vez, esteve muito mal, porque não percebeu a discussão que houve na altura e o que se estava agora a discutir era algo de muito simples, transparente e entendível, pelo que, jogar com as palavras a nada levava muito menos interesses superiores do Concelho e das suas populações. Lembrou os quinhentos e oitenta milhões de obra que jamais alguém conseguirá desfazer, que está por todo o Concelho e apenas se deve dez por cento desse valor, dois mil e doze e dois mil e treze, não tendo o Município de Paredes estado no top três entre os Concelhos que mais investiram, nem no top trinta daqueles que mais deviam, pois aí estão os do Partido Socialista que gosta de brincar com as palavras e com os factos. Referindo-se a factos, esclareceu que o Tribunal não chumbou qualquer processo e que no processo de avaliação, informa a Câmara Municipal como deve ser, que não aceitará a proposta, dado que a mesma prevê um contrato de financiamento em que existem aquelas de valor baixo, sugerindo que fosse feito um contrato financeiro de outro ano, daí a vinda à Assembleia Municipal este contrato de financiamento. Observou que o Partido Socialista até reconheceu ser importante uma melhor taxa de juro e de spread bem como aquilo que é importante para os Municípios, salientando não haver quem consiga fazer notas mas que os Municípios estavam, dada a conjuntura atual, acometidos e comprometidos com as regras que foram impostas e até impostas pelo Partido Socialista. Revelou que ainda hoje estavam todos os Municípios pertencentes à CCDRN sendo que um dos assuntos a ser falado foi o da necessidade dos Municípios fazerem ver ao Governo porque é que as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia foram as mais sacrificadas, pois reduziram verbas mas não reduziram tarefas. Referiu não ter receio das obras e por isso aí estavam os Centros Escolares e com orgulho tinha os seus filhos na escola pública e não na privada. Referiu ainda que, ainda hoje, os Municípios em Santo Tirso diziam que era este



o recado que tinha que ser dado ao Governo pois já chega de austeridade para os Municípios e se o Concelho de Paredes tivesse recebido o estipulado na Lei das Finanças Locais, em dois mil e treze, que eram sessenta e três milhões, hoje seriam muito mais. Defendeu que o Executivo Municipal não estava a fazer nenhum malabarismo e esclareceu não ter sido apenas um banco a estar disponível para emprestar dinheiro à Câmara Municipal mas sim dois que, naturalmente, também têm os seus consultores financeiros que certamente até custariam mais caro, mas a Câmara Municipal escolheu, aquela que melhor proposta apresentou e, como dizia o Partido Socialista, em dois mil e dezassete, este plano, se os quadros não se alterarem, representará dezoito milhões de compromissos, de dívidas. Disse ser sua convicção que o Governo irá apoiar as autarquias e certamente o Município irá também renegociar este contrato.-----

Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU PELA SUA APROVAÇÃO, POR MAIORIA, COM VINTE OITO VOTOS A FAVOR, E QUINZE VOTOS CONTRA, CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA À PRESENTE DELIBERAÇÃO. -----

DECLARAÇÕES DE VOTO - Paulo Jorge Moreira da Silva- (PS) - Afirmou que nos documentos enviados aos membros da Assembleia Municipal, apenas refere a Caixa Geral de Depósitos pelo que haverá que fazer novas correções e encontrar um técnico com fortes conhecimentos políticos e científicos de forma a que seja apresentado ao Tribunal de Contas, um Plano Superior e que, quem faz malabarismos não é o Partido Socialista e, como tal, não se sente responsável por nada. Lembrou que todos os partidos são responsáveis e não apenas aqueles que estão representados no Executivo Municipal. ----

José Manuel Barbosa Outeiro - Justificou o voto favorável da sua bancada pois, ao contrário de um ex-Primeiro Ministro, que dizia que as dívidas eram para gerir e não para se Pagar, o PSD assume as suas responsabilidades comprometendo-se a pagar aquilo que deve lamentando ainda a intervenção do Senhor Presidente da Sobreira no "*Período de Antes da Ordem do Dia*" pois saberia melhor onde foram feitas determinadas obras e não pediria para a sua freguesia o valor para obras que pediu. -----



5 - AMIPAREDES-INTERNALIZAÇÃO- ORGANIZAÇÃO INTERNA E ESTRUTURA NUCLEAR DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS E MAPA DE PESSOAL - PARA APROVAÇÃO.-----

Foi presente à Assembleia Municipal a proposta mencionada em assunto, a qual foi previamente enviada a todos os Senhores membros deste Órgão da Administração Local.: Solicitaram pedidos de intervenção os seguintes Senhores Membros da Assembleia Municipal: Luísa Tadeu e Cristiano Ribeiro. -----

Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu (PS) - A sua intervenção faz parte integrante da presente ata. -----

Cristiano Manuel Soares Ribeiro (CDU) - Afirmou que a sua bancada iria votar a favor da proposta ora em discussão adiantando que se absteria no ponto seguinte pois esta Sociedade Anónima acaba por ter um fim previsto de acordo com o enquadramento jurídico, parecendo-lhe pouco relevante, neste momento, até porque há assuntos que se discutem e depois não são tão verdade como isso como o facto de se ter dito que os resultados líquidos negativos têm a ver com uma atividade ou seja, ter resultados líquidos ser o objetivo da sua existência. Entendeu não haver uma relação direta, lembrando que a sua bancada foi muito crítica da atividade da AMIPAREDES no sentido em que não se via, provavelmente fruto da conjuntura, resultados nem investimentos necessários. Afirmou que o que compete agora à CDU dizer, é que não querendo ser a comissão liquidatária da AMIPAREDES, estão disponíveis para colaborar na solução dos problemas da dita internalização e organização e objetividade da AMIPAREDES assim como da Câmara Municipal, considerando que se encontrará uma solução mais ou menos razoável em que os interesses dos munícipes de Paredes possam ser salvaguardados. Referiu parecer-lhe pouco claro e sério quando alguns dos responsáveis pela situação socioeconómica do país, pelos condicionalismos internos e externos criados ao investimento da indústria no Concelho se têm rosto, escaudem a mão e projetem a pedra para serem identificados já que a CDU nesse campo está limpinha. O investimento no Concelho de Paredes é algo desejável mas também quase impossível.-----



Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU PELA SUA APROVAÇÃO, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA À PRESENTE DELIBERAÇÃO. -----

DECLARAÇÃO DE VOTO: José Manuel Barbosa Outeiro (PSD) - Declarou que o trabalho desenvolvido pela AMIPAREDES nos últimos meses de captação de investimento, continuará a ser realizado no interior da Câmara Municipal e continuarão ao longo das próximas Assembleias a ser prestadas informações sobre novos investimentos no Concelho de Paredes assim como a atração de novas empresas. -----

6 - PROJETO DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA AMIPAREDES - AGÊNCIA MUNICIPAL DE INVESTIMENTO DE PAREDES, E.M., S.A. - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. -----

Foi presente à Assembleia Municipal a proposta supra mencionada a qual foi previamente enviada a todos os Senhores membros da Assembleia Municipal. -----

Solicitou o uso da palavra a Senhora Cláudia Mota. -----

Cláudia Isabel Alves Teixeira da Mota (PS) - Defendeu que o papel da AMIPAREDES poderia ter sido desempenhado pelos técnicos e funcionários da Câmara Municipal pelo que só veio acrescentar passivo à Câmara Municipal que agora terá que acarretar com o mesmo. Criticou o facto de, ano após ano a AMIPAREDES apresentar resultados líquidos negativos e por essa razão a legislação agora é clara pois uma empresa municipal, não sendo sustentável, tem que ser liquidada pelo que só se está finalmente a cumprir a Lei e então contribuir para a diminuição da despesa da autarquia. -----

Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal - Esclareceu que a todos devia doer o coração e participar deste sentimento que foi a dissolução da Agência de Investimento porque quando foi criada, foi dito e cumprido, não era uma empresa municipal como sempre se ouviu ao longo de todo este tempo o Partido Socialista fazer crer. Sempre foi dito que esta era uma Agência de Investimento, que era o braço armado da autarquia na competitividade ao nível da captação de investimento e esclareceu que no ano passado,



foi a reunião de Câmara o contrato, porque todos os anos a Agência Municipal tinha que contratualizar com a Câmara Municipal um contrato da Agência de Investimento em que a Câmara Municipal se propôs atingir investimentos na ordem dos trinta e cinco milhões de euros o que foi conseguido através da Agência de Investimento. Revelou a sua mágoa pela Lei que foi feita apenas com um objetivo, porque também era uma das condições impostas pela TROIKA, uma definição clara daquilo que eram as extinções das empresas municipais e o que essa Lei pretendia atingir era as empresas como as que existem em Lisboa e muitos outros sítios, pelas Câmaras do Partido Socialista, e em que executam tarefas através dos funcionários, pelas estruturas das Câmaras Municipais, no entanto, a Câmara Municipal de Paredes nunca o fez. Foi feito um estudo interno sobre se seria vantajosa ou não a criação de uma Agência Municipal para a gestão dos espaços desportivos, tendo-se chegado à conclusão que não e que era apenas uma troca de custos. Lembrou que a Agência de Investimento tinha-o a si como Presidente, tinha outro colaborador da Câmara Municipal como vogal e tem a Diretora Executiva que é também funcionária, colaboradora da Câmara Municipal de Paredes e um contrato individual de trabalho com a pessoa que, diariamente presta apoio. Esta era a estrutura que lá estava e a energia dos Vereadores da Câmara Municipal de Paredes, porque todos os dias é preciso estar atento. Relativamente às palavras doutor Cristiano Ribeiro, disse tê-las entendido quando disse uma Agência de Investimento por uma Câmara Municipal, não é um resultado líquido, mas sobretudo resultados indiretos positivos. Revelou que a existência de uma empresa de calçado como a EVOÉ, que vai arrancar em Vilela onde predomina indústria de mobiliário e esta fábrica vai arrancar com setenta postos de trabalho logo na abertura. Embora acredite que esta empresa de calçado vá fazer o mesmo que fez a fábrica de confeções em Vilela, na antiga fábrica de molduras que emprega quase quatrocentos funcionários, sendo que tal facto é mais do que um resultado líquido, são muitas famílias do Concelho de Paredes que ali têm o seu posto de trabalho. Referiu que era uma empresa que devia ser o orgulho do tecido empresarial de Paredes, de dimensão internacional e que está a crescer, estando-se a lutar já pelo segundo investimento desta



empresa. Lembrou que a Agência de Investimento foi também responsável pela “SADEV”, em Cete, sendo na altura uma empresa de caixas automáticas para empresas de alta competição, mas não deixam de lá estar e com todo o apoio do Executivo Municipal pois este é um trabalho qualificado e se sentirem necessidade de formação em Santo Tirso, a Câmara Municipal ajudá-los-á, pois é importante que os funcionários saibam que, se precisarem, têm ali quem os apoie. Disse ainda que este é um trabalho qualificado e que muito trará ao Concelho, que possui um excelente capital humano, sendo esse o segredo do trabalho da Agência Municipal de Investimentos e o motivo pelo qual tem conseguido a contratualização destes investimentos. Lembrou que a Agência Municipal ajudou a resolver um assunto que tem décadas, a Câmara Municipal não conseguia resolver, mas a Agência conseguiu, como foi o caso da CUSTOITEX, onde está a nascer um complexo industrial que é a WOODONE, a primeira e única fábrica de mobiliário metálico, escolar e hospitalar, com cerca de cem postos de trabalho e, quem lá passar, poderá ver a dimensão das obras na antiga CUSTOITEX, em Lordelo, e ainda a INOVOCORTE, que vai lá fazer uma fábrica cujo terreno já foi comprado para montar também uma unidade industrial. Revelou a existência de uma fábrica que só lá não está ainda, dada a necessidade de trezentos metros lineares que, com o apoio das Juntas de Freguesia, irá ser adquirido, procurando e encontrando o melhor local, porque é algo de muito importante para o desenvolvimento do Concelho. Mencionou ainda, os contratos que a Agência de Investimento fez e que já foram muitos tendo ultrapassado os cinquenta milhões de euros no ano transato! Referiu os dois lotes que a “VYGON” adquiriu em Parada/Baltar, que seria um negócio impossível somente com a mediação da Câmara Municipal, deixando claro que o Município não quer vender terrenos, mas ter a política de os deixar utilizar criando postos de trabalho no Concelho de Paredes, porém, por meros dias, não irá ser conseguido, mas o Município não irá parar sendo sua convicção que tudo se irá conseguir. Infelizmente, Paredes não terá a Agência Municipal porque era muito mais fácil pois será necessário convencer o Tribunal de Contas a aprovar uma troca de um compromisso financeiro de uma empresa privada para uma pública! Acrescentou



que o Município está bem aconselhado, apesar da necessidade de se gastar algum dinheiro com alguns especialistas para que estes possam ajudar a encontrar o caminho das pedras. Por fim, convidou todos os presentes a assistirem ao lançamento da primeira nalguns investimentos da Câmara Municipal de Paredes. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU PELA SUA APROVAÇÃO, POR MAIORIA, COM QUARENTA VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES, CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA À PRESENTE DELIBERAÇÃO. -----

7 - REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE POLÍCIA MUNICIPAL DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à Assembleia Municipal a proposta supra mencionada a qual foi previamente enviada a todos os membros deste Órgão da Administração Local. -----

Não se registaram pedidos de intervenção. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU PELA SUA APROVAÇÃO, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA À PRESENTE DELIBERAÇÃO. -----

8 - CONTRATOS DE CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE UM BEM DO DOMÍNIO PÚBLICO - CASAS DOADAS PELA PT (QUATRO CASAS) - RATIFICAÇÃO DE CONTRATOS JÁ CELEBRADOS E AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DOS RESTANTES CONTRATOS.

Foi presente à Assembleia Municipal a proposta supra mencionada a qual foi previamente enviada a todos os Senhores membros deste Órgão da Administração Local.

Não se registaram pedidos de intervenção. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA À PRESENTE DELIBERAÇÃO, RATIFICAR OS CONTRATOS DE USO PRIVATIVO DE UM BEM DE DOMÍNIO PÚBLICO (CASAS



DOADAS PELA PT) JÁ CELEBRADOS, BEM COMO AUTORIZAR A CELEBRAÇÃO DOS RESTANTES CONTRATOS DE CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE UM BEM DO DOMÍNIO PÚBLICO (QUATRO CASAS DOADAS PELA PT). -----

9 - SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NA AVENIDA S. JOSÉ NA FREGUESIA DE VILELA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. -----

Foi presente à Assembleia Municipal, a proposta supra mencionada, a qual foi previamente enviada a todos os Senhores membros deste Órgão da Administração Local-- Não se registaram quaisquer pedidos de intervenção. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU PELA SUA APROVAÇÃO, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA À PRESENTE DELIBERAÇÃO. -----

10 - SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NA E.M. 602-1 NA FREGUESIA DE VILELA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. -----

Foi presente à Assembleia Municipal a proposta supra mencionada, a qual foi previamente enviada a todos os Senhores membros deste Órgão da Administração Local.

Foi presente à Assembleia Municipal, a proposta supra mencionada, a qual foi previamente enviada a todos os Senhores membros deste Órgão da Administração Local--

Não se registaram quaisquer pedidos de intervenção. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU PELA SUA APROVAÇÃO, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA À PRESENTE DELIBERAÇÃO. -----

11 - SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL EM VÁRIAS VIAS DA FREGUESIA DE PAREDES - (MADALENA)- PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à Assembleia Municipal a proposta supra mencionada, a qual foi previamente enviada a todos os Senhores membros deste Órgão da Administração Local.

Foi presente à Assembleia Municipal, a proposta supra mencionada, a qual foi



previamente enviada a todos os Senhores membros deste Órgão da Administração Local--

Não se registaram quaisquer pedidos de intervenção. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU PELA SUA APROVAÇÃO, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, CONFORME FOLHA DE VOTAÇÃO QUE SE ANEXA À PRESENTE DELIBERAÇÃO. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO - Não houve. -----

--- E nada mais havendo a tratar, pelo Senhor Presidente da mesa, foram encerrados os trabalhos sendo zero horas e trinta minutos.-----

---E para constar se lavrou a presente que, depois de lida e achada conforme vai ser assinada.-----

--- E eu, Ricardo Alexandre Silva, técnico profissional especialista principal, destacado por despacho do Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal a redigi e assino conjuntamente com Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

Senhor Presidente da Assembleia e senhores Membros da Mesa

Senhoras e Senhores Membros da Assembleia

Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta - estimados colegas

Exmo. Público



18fev2015

Como Presidente da Junta da Freguesia de Sobreira tenho no mandato eleitoral a assunção de responsabilidades de natureza política que não negligenciarei. Permitir-me fazê-lo era defraudar expectativas e acima de tudo, violentar a minha consciência. Coisa que nunca farei.

Em anteriores Assembleias Municipais, vim a esta tribuna dar conta das minhas preocupações, enquanto presidente de junta, e propor ajustamentos nos valores transferidos no âmbito do Protocolo de Atribuição de Competências. Fi-lo com discrição, com verdade e com sentido de responsabilidade.


Com as excepções introduzidas pelas iniciativas e propostas, naquele âmbito, aqui trazidas pelos senhores deputados do Partido Socialista e de um apoio corroborante, no mesmo sentido, apresentado pelo senhor deputado do CDS - Dr. Rui Silva, ainda não ouvi nesta Câmara, e muito apreciaria ouvir, sobre o assunto, o pensamento dos colegas presidentes de junta do Partido Social-Democrata e da CDU e, dos senhores Deputados das mesmas formações políticas.

A questão do valor das transferências, em registo de paridade e equidade na atribuição, não pode deixar de ser assunto de relevante importância para todas as Juntas de Freguesia. Recuso-me admitir que haja nesta questão tratamentos diferenciados em função de estratégias, de favores ou de simpatias políticas. Logo, estamos todos envolvidos nesta questão que será, inevitavelmente, fracturante se persistir a ideia de transformar o Presidente de Junta numa espécie de amanuense a tratar do expediente. (.....)

Senhor Presidente da Assembleia

Nós, os Presidentes das Juntas de Freguesia, cumprimos um papel de relevante interesse e subida importância no contacto diário com as comunidades que servimos.

Nós somos o receptáculo dos mais variados assuntos para os quais temos de encontrar respostas que não podem ficar no terreno das dicotomias: Junta ou Câmara.



Nos Presidentes de junta a Câmara Municipal tem os parceiros que garantem a desejada harmonia na articulação das políticas de proximidade com o desígnio traçado para o município. Haja abertura, compreensão e bom senso, neste princípio basilar da democracia!

Se a Câmara Municipal assim não entender, está a impedir e a neutralizar o papel activo do presidente de junta e em consequência a afectar seriamente os interesses dos munícipes. Por quê tanta resistência em conferir-nos os meios necessários e indispensáveis à prossecução e realização dos fins estabelecidos em Lei?

Senhor Presidente da Assembleia

Tomando a Freguesia da Sobreira que aqui represento, como amostra significativa de uma avaliação ao Concelho de Paredes, nos domínios das acessibilidades, dos equipamentos, das infra-estruturas de saneamento básico, dos equipamentos de desporto e lazer, do ambiente, entre outros, sou levado a concluir que houve uma má estratégia na gestão camarária que sistematicamente deixou de fora ou minorizou o que deveria ser tomado como prioritário nas áreas atrás enunciadas. É sempre tempo de arrepiar ^{emmi'nto} e corrigir estratégias! (.....)

É inconcebível que, passados que foram quase 40 anos de poder autárquico democrático, com particular destaque para os últimos 28 a que corresponde o tempo em que Portugal é Estado-membro da União Europeia e como tal beneficiário dos Fundos Estruturais e dos Programas Específicos para o Desenvolvimento Regional, eu esteja aqui a denunciar, com veemência, tantas e tão marcantes fragilidades!

E mais inconcebível é, quando o Presidente de Junta sabe que a sua comunidade é credora de investimentos devidos e não realizados e tem agora de suportar a malfadada resposta “não há dinheiro”.

O dinheiro para as nossas necessidades é sempre insuficiente. Deve, por isso mesmo, ser aplicado com racionalidade e parcimónia, o que implica não deixar de fora ou minimizar o que não é popular, o que é sujo e não é suficientemente rentável no plano eleitoral.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores titulares de Cargos políticos com assento nesta Câmara:

Com exclusão das obras de infra-estruturação da rede de recolha e tratamento dos efluentes domésticos, em toda a freguesia da Sobreira, com conclusão, publicamente anunciada pelo Senhor Presidente da Câmara, para o ano 2016, o balanço sucinto da avaliação feita às necessidades prementes de intervenção na freguesia de Sobreira, diz-nos que esta freguesia é credora de intervenções que não

foram realizadas em devido tempo, umas e outras que foram realizadas com erros e deficiências que carecem de intervenções correctivas, com custos a rondar os 2 milhões de euros.

Passo a enumerar:

- **Recuperação e Requalificação da larga maioria dos 207 eixos viários** e de natureza similar, com indicação toponímica e em meio urbano;
- **Restauro e recuperação das placas de toponímia e de sinalização de trânsito;**
- **Participação nas obras de requalificação do campo de jogos do sobreirense e do pavilhão gimnodesportivo da Casa do Povo da Sobreira.** Obras com resultados impactados na formação contínua de mais de uma centena de crianças e jovens;
- **Restauro e recuperação da Alameda de São Pedro**, aqui incluídos: o **Parque Infantil** que apresenta desgaste e fadiga dos materiais, e reflexos do deslizamento dos terrenos mal consolidados; **a reconstrução da Pérgula** que é um paradigma das más opções construtivas ou evidência de fraude tolerada; **O completamento da parte lateral direita da escadaria de acesso ao adro da igreja antiga** que, tal como está, dá uma imagem de falência técnica dos autores; **a refundação de grande parte da Alameda** que por erros graves nas técnicas de consolidação dos terrenos está a afundar, a destruir e deformar gravemente a imagem do conjunto; A construção de sanitários públicos que constando dos projectos, inexplicavelmente, não foram construídos;
- **Substituição do tubo colector de águas pluviais que percorre a rua do Cruzeiro** e recolhe as águas precipitadas em todo o perímetro do Centro Escolar e áreas adjacentes. Aqui está mais um exemplo da ausência de avaliação ^{avaliação} e falta de vigilância activa no acto da implementação da obra. A insuficiência de secção do colector existente leva a que, em dias de precipitação mais intensa, as águas, em grande volume, se libertem pelas tampas de vigia que removem, e inun-dem habitações, provocando-lhes incómodos e prejuízos.

Esta questão replica-se em várias zonas da Sobreira!

- **Ampliação do Parque automóvel, para mais 200 viaturas, junto à estação ferroviária.** Durante os dias de semana a zona do parque e todos os espaços envolventes, configuram um perfeito caos. E não se diga que a culpa é dos senhores automobilistas que em grande número se desloca

para este local para tomar o comboio, para se dirigirem para a escola EB2/3 da Sobreira, para a Unidade de Saúde Familiar, Farmácia, etc.;

- **Limpeza e recuperação das margens e açudes do rio Sousa.** O rio Sousa deve ser olhado como um bem inestimável que a natureza nos legou para dele fruirmos e nele mantermos a fauna e a flora que lhe é pertença. (.....)

Se o que acabo de referir não é o paradigma do todo concelhio, fica demonstrada a incompreensível desatenção e a necessidade da activação de um Programa Especial de Investimentos que devolva à Sobreira a normalidade nos pontos elencados.

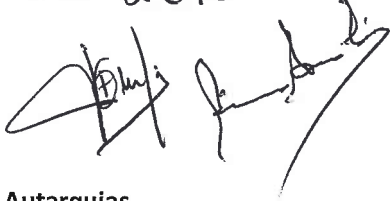
Se o que acabo de referir tem paralelo com o todo concelhio, fica amplamente demonstrado que a Matriz adoptada para o governo do concelho não se lhe adequa e por isso deve ser urgentemente alterada.

Senhor Presidente da Assembleia

Antes de terminar, e a propósito, quero informar Vexa que foi protagonista de decisão que calou fundo na comunidade e pode tornar-se na mola impulsora da absoluta necessidade de mudar a forma de fazer política autárquica: Cemitério de Santa Comba

Termino declarando-me confiante que do âmago da intervenção Vexa. e o Exmo. Senhor Presidente da Câmara extrairão as devidas e favoráveis conclusões

E, parafraseando um apelo dramático de um doente com Hepatite C: Senhor Presidente, que esta Assembleia em coordenação com o Senhor Presidente da Câmara não permita que o Concelho de Paredes ^{continue a} defina aquilo que deve ser o seu baluarte: A qualidade de vida e o bem-estar dos paredenses!

18-02-2015


Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Paredes

Numa altura em que muito se fala na Delegação de Competências do Governo nas Autarquias, voltamos a insistir numa Delegação de Competências que muito nos preocupa- A Delegação de Competências da Câmara nas Juntas de Freguesia.

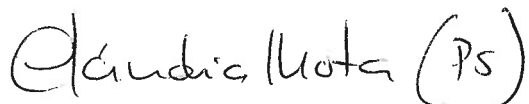
Já por várias vezes aqui frisamos da necessidade de dotar as freguesias do nosso concelho de mais recursos financeiros para que estas possam fazer face aos inúmeros apelos que os seus habitantes lhe fazem. Senhor presidente de Câmara, não tenha duvidas que cada euro aplicado por um Presidente de Junta na resolução de problemas da sua freguesia produzirá mais resultados que se esse mesmo euro fosse aplicado pela Câmara na resolução desses mesmos problemas.

Mas enquanto a Câmara não avança para esta verdadeira Delegação de Competências nas freguesias, cumprindo o que foi determinado na lei 75/2013 de 12 de Setembro, relembramos que importa corrigir o mais rapidamente possível o erro subjacente ao Protocolo celebrado ente a Câmara e as Juntas de Freguesia para a manutenção das escolas.

Como todos sabemos, o único protocolo celebrado entre a Câmara de Paredes e as Juntas de Freguesia foi para que estas procedessem à manutenção das Escolas.

Acontece que esse protocolo já vinha desde antes da nova realidade dos Centros Escolares. Ora, com esta nova realidade, há freguesias que ficaram com Centros Escolares, outras com Centros Escolares e Jardins Infantis, outras com Centros Escolares, Escolas antigas e Jardins Infantis e outras ficaram sem qualquer tipo de estabelecimento de ensino nas suas freguesias.

Como tal, esta realidade tem que ser tida em conta e ajustar os protocolos à nova realidade, sob pena de se estar a cometer injustiças, pois umas Juntas de Freguesia estão sobrecarregadas de despesas a este nível e o valor dos seus protocolos têm de ser aumentados, sob pena de não poderem cumprir com as tarefas que lhe foram delegadas.

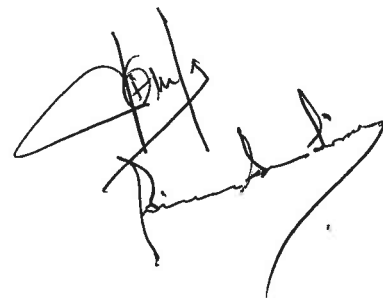

Cláudia Uota (PS)

Senhor Presidente da Assembleia e senhores Membros da Mesa

Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Membros da Assembleia

Minhas senhoras e meus senhores



No dia 12 de Fevereiro foi publicado pelo governo o DL 30/2015 em que se pretende legalizar o estabelecimento de contratos interadministrativos com os municípios e entidades intermunicipais para a delegação de competências nas áreas da educação, saúde, segurança social e cultura.

Para justificar esta medida, anexa um preâmbulo cheio de citações da Constituição da República que apela à descentralização de poderes administrativos e ainda faz a apologia de outras medidas deste governo que ao longo dos últimos anos contribuíram mais para a limitação da acção das autarquias do que para a sua verdadeira autonomia como foram a Lei 11-A/2013 de 28 de Janeiro (reorganização territorial das freguesias) e a Lei 73/2013 de 12 de Setembro (regime jurídico das autarquias locais).

A leitura deste Decreto Lei 30/2015 de 12 de Fevereiro, publicado à revelia dos pareceres da ANAFRE e da ANMP enche-nos de receio de que apenas se trate duma forma ardilosa de transformar os municípios em meros tarefeiros ou prestadores das responsabilidades que deveriam competir ao Governo e uma forma habilidosa deste se penitenciar do que fez mal ou do que não fez em três anos de governo.

O centralismo deste governo tem-se agravado ano após ano. Se já não fosse suficiente o que fez em anos transactos, no orçamento para 2015 determinou uma despesa máxima com pessoal de 35% da receita corrente cobrada nos últimos exercícios, impôs a consignação das receitas do IMI, apropriou-se de 180 milhões de euros que resultam do imposto devido aos municípios, decidiu reter parte da receita com o Imposto Único de Circulação e finalmente impôs uma contribuição obrigatória para o Fundo de Apoio Municipal penalizando os municípios que mais se sacrificaram para manter o equilíbrio financeiro das suas contas.

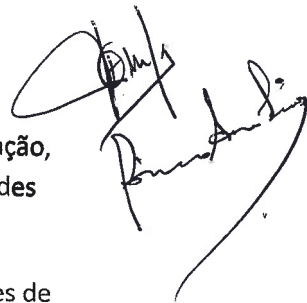
Depois de todas estas medidas de centralização e de penalização dos municípios vem agora propor uma medida de cosmética encapotada numa aparente agenda de descentralização.

A leitura deste Decreto Lei em que se enfatizam as delegações de competências ou a mera desconcentração de atos administrativos faz-nos recordar a dificuldade que os municípios têm tido para fazer frente às necessidades materiais e de pessoal nas escolas com a diminuição progressiva de recursos financeiros.

Há que ter cuidado e desconfiar de tais intenções.

Com estas medidas, o que corre bem é mérito do Governo e o que corre mal é culpa das autarquias.

O PS é e sempre foi a favor de uma verdadeira descentralização em áreas como a educação, a formação, a qualificação e emprego, os cuidados de saúde primários, o reforço das redes sociais, no ambiente, no ordenamento territorial, nos transportes e mobilidade.



O PS iniciou essa transferência em 2008 com a educação e com a formação de comissões de estudo, multidisciplinares, com a participação das entidades autárquicas e académicas de forma a que a transferência fosse real, completa e enquadrada num contexto legislativo que desse consistência a uma reestruturação administrativa profunda. Tudo isto demora o seu tempo e todos sabemos porque não foi possível finalizar essa tarefa.

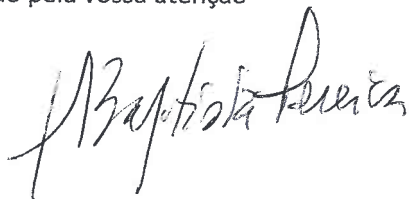
São muitas as Leis e Decretos-leis que têm de ser revistos e adaptados em todas as áreas em que se pretende tocar para que não se transforme esta delegação de competência em mais um quebra-cabeças ou uma armadilha em que quem cai não sabe como há-de sair dela.

Há que ter cuidado e desconfiar.


Sabemos que há municípios que já foram aliciados individualmente a servirem de experiência piloto. Não sabemos quantos nem quais.

Para terminar, impõe-se que seja colocada a pergunta ao executivo da nossa Câmara Municipal: o Município de Paredes é um destes municípios que está a equacionar ou que já decidiu participar nesta experiência?

Obrigado pela vossa atenção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 18/02/2015



Sempre que passamos por períodos difíceis, sendo eles de saúde, socioeconómicos, e que de uma forma ou de outra nos afeta, faz-nos meditar em outros valores de extrema importância, que muitas vezes não passam disso, uma simples análise, uma simples meditação. Pois desta vez não pretendo deixar passar em branco, realço a importância das pessoas que vão-se cruzando na nossa vida e dão o seu contributo profissional do setor que representam. Referindo-me aos funcionários do Município de Paredes, a Telefonista; as Secretárias dos Srs. Vereadores; os Responsáveis da Recolha do lixo; os Policias Municipais, sendo a rua que é limpa, o cão recolhido, a ajuda processual, a reunião marcada, são alguns exemplos de um vasto quadrante de funcionários que dão resposta a tantas situações que por nós são colocadas.

Por isto, pelo seu desempenho em Astromil, o nosso OBRIGADO

Manic de Saúde de Olve Boius

PONTOS

A Agência Municipal de Investimento, empresa designada por AMI PAREDES, foi constituída em 2009, com o objetivo de substituir a Câmara Municipal de Paredes na tarefa de atrair e captar projetos empresariais para o concelho, por se tratar de uma forma mais flexível de negociar investimentos.

A posição do PS sobre esta empresa foi sempre muito clara: o trabalho a desenvolver poderia ser realizado no âmbito da Câmara Municipal, evitando, dessa forma, despesas acrescidas.

Mais despesa a acrescentar a mais dívida não é caminho certo. Não merece o apoio do PS. A sustentabilidade da agência era uma preocupação, denunciada em devido tempo.

Foi dito em 2010 pelo presidente da autarquia o seguinte: "É preciso custear a agência enquanto não tem pernas para andar sozinha. Até porque já era previsto que esta não fosse autossustentável nos primeiros três anos, faltando dois anos para que seja autónoma económica e financeiramente".

A sua autonomia financeira não veio a verificar-se e o seu encerramento é inevitável de acordo com a lei 50/2012 de 31 de agosto que regula o setor empresarial local e determina a extinção das instituições que não tiverem "sustentabilidade financeira".

Desde sempre o Partido Socialista se manifestou contra a existência desta empresa. Não por desconhecer que a captação de investimento não fosse ou seja necessária. Pelo contrário: Foi e é desejável e urgente, tendo em vista a grave crise que o país e o concelho atravessam, região tão pobre e agastada, sofredora e vítima das políticas seguidas em Portugal.

Sempre alertamos e exigimos o que agora está em cima da mesa. Tantos anos para se chegar a esta conclusão que nos obriga a começar tudo de novo.

NÃO É NECESSÁRIO ALIMENTAR UMA EMPRESA FORA DO ÂMBITO DA CAMARA PARA CAPTAR INVESTIMENTO.

E aí está, finalmente, a nossa reivindicação satisfeita.

Agora falta arrumar o que resta.

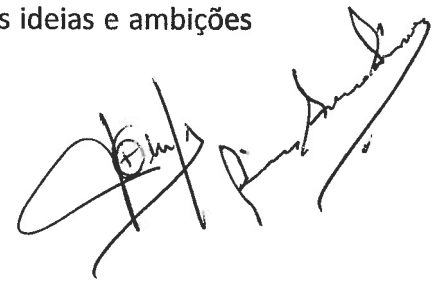
Sendo assim, e contrariamente ao que foi afirmado e reafirmado nesta Assembleia, há despesas acrescidas com o pessoal técnico. Levante-se o véu e diga-se a verdade. Não custa mesmo nada. Teremos então a tarefa de admitir nos quadros do pessoal da Câmara uma funcionária da AMI que havia sido contratada para exercer funções administrativas.

Faça-se, então, o que tem de ser feito.

Continuamos disponíveis para resolvermos os problemas existentes. Defendemos o fim da AMI, assumimos o apoio na contratação da funcionária em causa.

Votamos a favor com determinação e a convicção de que as nossas ideias e ambições para o concelho estão certas e adequadas às circunstâncias.

Pº/º PS
Háris Luis Sadeu

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized name, possibly 'Háris Luis Sadeu', written in a cursive script.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES FOLHA DE VOTAÇÃO

2- MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO – ANO 2015 – 1ª REVISÃO À DESPESA – PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS	F	C	A
José Augusto Granja Rodrigues da Fonseca	PSD	✓	
José Manuel Barbosa Outeiro	PSD	✓	
Catarina da Silveira Nunes Barbosa a)	PSD	✓	
Luciano Manuel Calheiros Gomes	PSD	✓	
Joaquim Ferreira da Mota	PSD	✓	
Maria Quitéria Leal Coelho Barbosa	PSD	✓	
José Joaquim Leitão da Mota	PSD	✓	
Mário Camilo Dias Alves da Mota	PSD	✓	
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PSD	✓	
António do Couto Ferreira	PSD	✓	
Rui Manuel Vasconcelos Pinto	PSD	✓	
Andreia Joana Morris Mendes	PSD	-	-
Joaquim Moreira de Bessa	PSD	✓	
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS		✓
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS		✓
Paulo Jorge Moreira da Silva	PS		✓
Joaquim da Silva Leal	PS		✓
Silvestre da Silva Carneiro a)	PS		✓
João Paulo Alves dos Reis	PS		✓
António Joaquim Garcez Neto da Silva a)	PS		✓
Cláudia Isabel Alves Teixeira da Mota	PS		✓
Andreia Filipa Mendes da Silva a)	PS	-	-
Carla Cândida Pinheiro Carneiro	PS		✓
Mário Luís Tadeu Coelho da Silva	PS		✓
Álvaro dos Santos Pinto	CDU	✓	
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	✓	
Rui José Fernandes da Silva	CDS/PP		✓

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA	F	C	A
Luís Alberto da Costa Teixeira	PSD	✓	
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PSD	✓	
António Augusto da Silva Machado b)	PSD	✓	
José Fernando Ribeiro dos Santos	PSD	✓	
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PSD	✓	
Carlos Franclim Moreira de Sousa	PSD	✓	
António Manuel de Bessa Oliveira	PSD	✓	
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PSD	✓	
Francisco Ferreira da Silva b)	PSD	✓	
José Augusto da Silva Borges	PSD	✓	
Francisco Augusto Ferreira	PSD	✓	
André Filipe Barros dos Santos	PSD	✓	
José Ferreira da Cruz	PSD	✓	
José João Martins Barbosa b)	PS		✓
Belmiro dos Santos Sousa	PS		✓
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS		✓
José da Cunha Magalhães	PS		✓
Agostinho Oliveira Pinto	CDU	✓	

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento do titular do cargo
- f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário



**ROTA DOS
MÓVEIS**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES
Parque José Guilherme
4580-130 Paredes
Tel.: 255 788 800/20
Fax: 255 782 155
assembleia.municipal@cm-paredes.pt

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

3- CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Augusto Granja Rodrigues da Fonseca	PSD	X		
José Manuel Barbosa Outeiro	PSD	X		
Catarina da Silveira Nunes Barbosa a)	PSD	X		
Luciano Manuel Calheiros Gomes	PSD	X		
Joaquim Ferreira da Mota	PSD	X		
Maria Quitéria Leal Coelho Barbosa	PSD	X		
José Joaquim Leitão da Mota	PSD	X		
Mário Camilo Dias Alves da Mota	PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PSD	X		
António do Couto Ferreira	PSD	X		
Rui Manuel Vasconcelos Pinto	PSD	X		
Andreia Joana Morris Mendes	PSD	-	-	-
Joaquim Moreira de Bessa	PSD	X		
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS		X	
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS		X	
Paulo Jorge Moreira da Silva	PS		X	
Joaquim da Silva Leal	PS		X	
Silvestre da Silva Carneiro a)	PS		X	
João Paulo Alves dos Reis	PS		X	
António Joaquim Garcez Neto da Silva a)	PS		X	
Cláudia Isabel Alves Teixeira da Mota	PS		X	
Andreia Filipa Mendes da Silva a)	PS	-	-	-
Carla Cândida Pinheiro Carneiro	PS		X	
Mário Luís Tadeu Coelho da Silva	PS		X	
Álvaro dos Santos Pinto	CDU	X		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		
Rui José Fernandes da Silva	CDS/PP		X	

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Luís Alberto da Costa Teixeira	PSD	X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PSD	X		
António Augusto da Silva Machado b)	PSD	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PSD	X		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PSD	X		
Carlos Franclim Moreira de Sousa	PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PSD	X		
Francisco Ferreira da Silva b)	PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PSD	X		
Francisco Augusto Ferreira	PSD	X		
André Filipe Barros dos Santos	PSD	X		
José Ferreira da Cruz	PSD	X		
José João Martins Barbosa b)	PS		X	
Belmiro dos Santos Sousa	PS		X	
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS		X	
José da Cunha Magalhães	PS		X	
Agostinho Oliveira Pinto	CDU	X		

Observações:

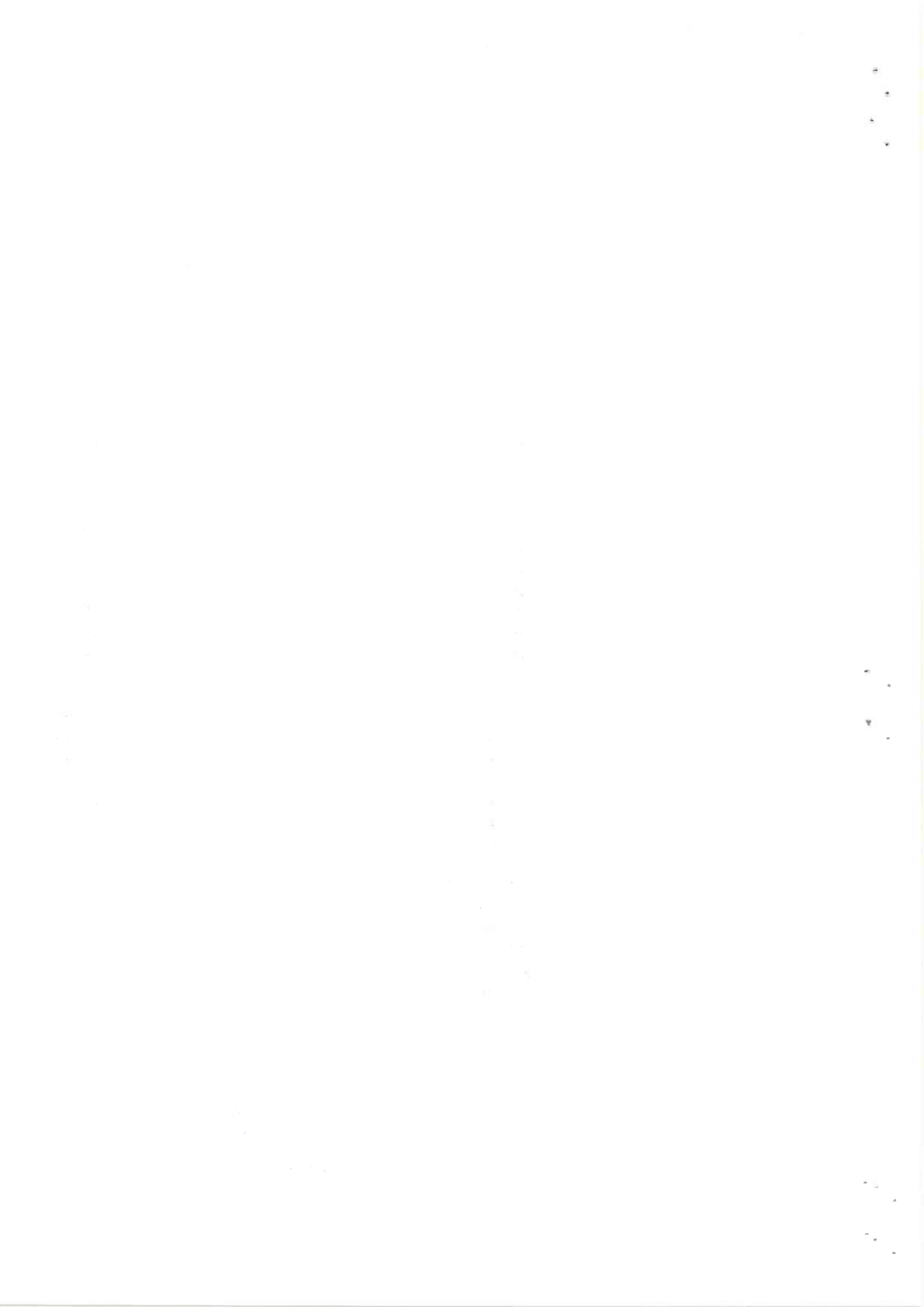
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

4- PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO – PROPOSTA – PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS	F	C	A
José Augusto Granja Rodrigues da Fonseca	PSD	X	
José Manuel Barbosa Outeiro	PSD	X	
Catarina da Silveira Nunes Barbosa a)	PSD	X	
Luciano Manuel Calheiros Gomes	PSD	X	
Joaquim Ferreira da Mota	PSD	X	
Maria Quitéria Leal Coelho Barbosa	PSD	X	
José Joaquim Leitão da Mota	PSD	X	
Mário Camilo Dias Alves da Mota	PSD	X	
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PSD	X	
António do Couto Ferreira	PSD	X	
Rui Manuel Vasconcelos Pinto	PSD	X	
Andreia Joana Morris Mendes	PSD	-	-
Joaquim Moreira de Bessa	PSD	X	
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS		X
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS		X
Paulo Jorge Moreira da Silva	PS		X
Joaquim da Silva Leal	PS		X
Silvestre da Silva Carneiro a)	PS		X
João Paulo Alves dos Reis	PS		X
António Joaquim Garcez Neto da Silva a)	PS		X
Cláudia Isabel Alves Teixeira da Mota	PS		X
Andreia Filipa Mendes da Silva a)	PS	-	-
Carla Cândida Pinheiro Carneiro	PS		X
Mário Luís Tadeu Coelho da Silva	PS		X
Álvaro dos Santos Pinto	CDU	X	
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X	
Rui José Fernandes da Silva	CDS/PP		X

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA	F	C	A
Luís Alberto da Costa Teixeira	PSD	X	
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PSD	X	
António Augusto da Silva Machado b)	PSD	X	
José Fernando Ribeiro dos Santos	PSD	X	
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PSD	X	
Carlos Franclim Moreira de Sousa	PSD	X	
António Manuel de Bessa Oliveira	PSD	X	
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PSD	X	
Francisco Ferreira da Silva b)	PSD	X	
José Augusto da Silva Borges	PSD	X	
Francisco Augusto Ferreira	PSD	X	
André Filipe Barros dos Santos	PSD	X	
José Ferreira da Cruz	PSD	X	
José João Martins Barbosa b)	PS		X
Belmiro dos Santos Sousa	PS		X
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS		X
José da Cunha Magalhães	PS		X
Agostinho Oliveira Pinto	CDU	X	

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta

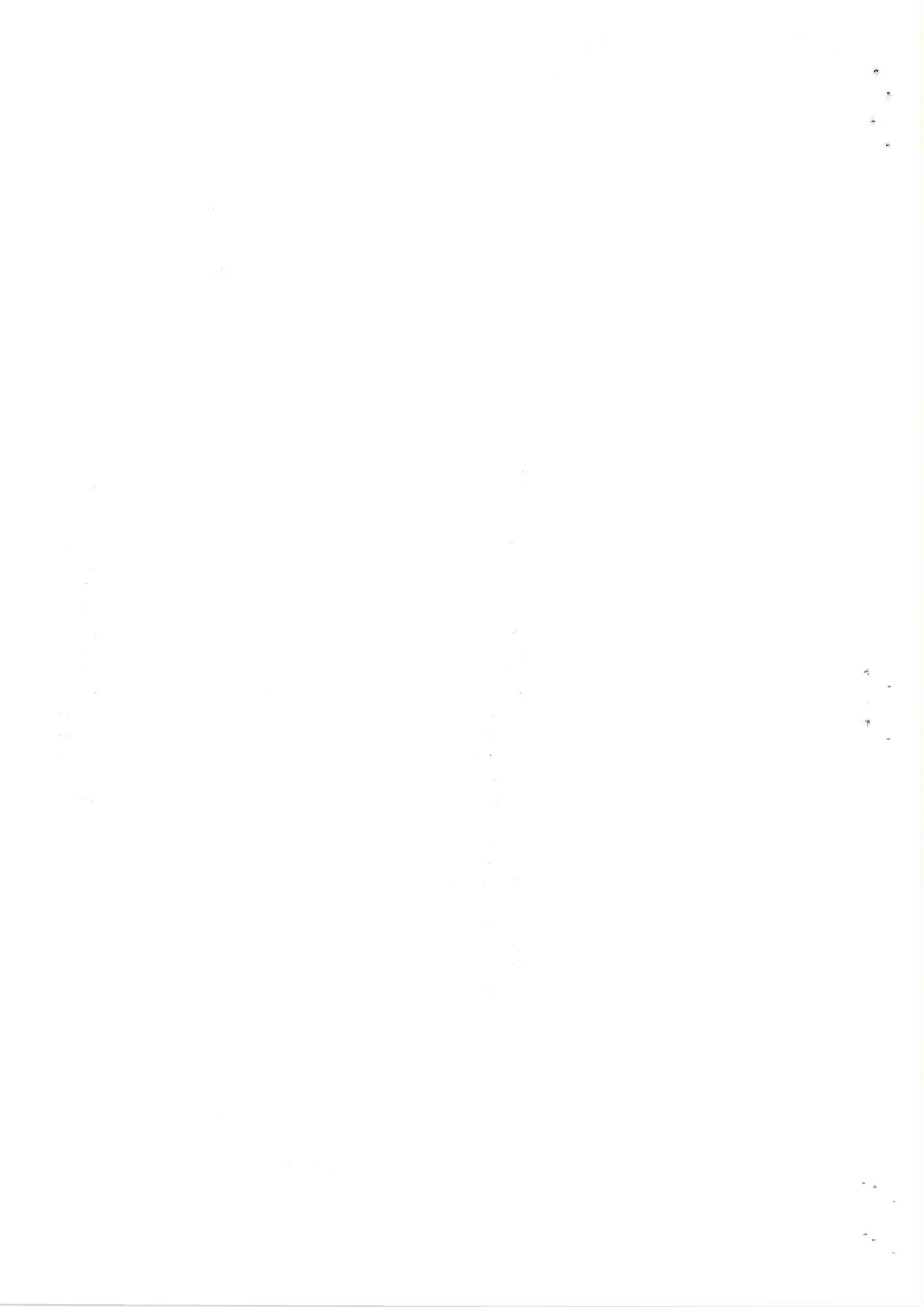
A Mesa da Assembleia

O Presidente

1º Secretário

2º Secretário

Ana Paula Gomes





**ROTA DOS
MÓVEIS**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES
Parque José Guilherme
4580-130 Paredes
Tel.: 255 788 800/20
Fax: 255 782 155
assembleia.municipal@cm-paredes.pt

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

5- AMIPAREDES-INTERNALIZAÇÃO – ORGANIZAÇÃO INTERNA E ESTRUTURA NUCLEAR DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS E MAPA DE PESSOAL – PARA APROVAÇÃO

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS	F	C	A
José Augusto Granja Rodrigues da Fonseca	PSD	✓	
José Manuel Barbosa Outeiro	PSD	✓	
Catarina da Silveira Nunes Barbosa a)	PSD	✓	
Luciano Manuel Calheiros Gomes	PSD	✓	
Joaquim Ferreira da Mota	PSD	✓	
Maria Quitéria Leal Coelho Barbosa	PSD	✓	
José Joaquim Leitão da Mota	PSD	✓	
Mário Camilo Dias Alves da Mota	PSD	✓	
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PSD	✓	
António do Couto Ferreira	PSD	✓	
Rui Manuel Vasconcelos Pinto	PSD	✓	
Andreia Joana Morris Mendes	PSD	-	-
Joaquim Moreira de Bessa	PSD	✓	
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	✓	
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	✓	
Paulo Jorge Moreira da Silva	PS	✓	
Joaquim da Silva Leal	PS	✓	
Silvestre da Silva Carneiro a)	PS	✓	
João Paulo Alves dos Reis	PS	✓	
António Joaquim Garcez Neto da Silva a)	PS	✓	
Cláudia Isabel Alves Teixeira da Mota	PS	✓	
Andreia Filipa Mendes da Silva a)	PS	-	-
Carla Cândida Pinheiro Carneiro	PS	✓	
Mário Luís Tadeu Coelho da Silva	PS	✓	
Álvaro dos Santos Pinto	CDU	✓	
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	✓	
Rui José Fernandes da Silva	CDS/PP	✓	

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA	F	C	A
Luís Alberto da Costa Teixeira	PSD	✓	
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PSD	✓	
António Augusto da Silva Machado b)	PSD	✓	
José Fernando Ribeiro dos Santos	PSD	✓	
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PSD	✓	
Carlos Franclim Moreira de Sousa	PSD	✓	
António Manuel de Bessa Oliveira	PSD	✓	
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PSD	✓	
Francisco Ferreira da Silva b)	PSD	✓	
José Augusto da Silva Borges	PSD	✓	
Francisco Augusto Ferreira	PSD	✓	
André Filipe Barros dos Santos	PSD	✓	
José Ferreira da Cruz	PSD	✓	
José João Martins Barbosa b)	PS	✓	
Belmiro dos Santos Sousa	PS	✓	
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	✓	
José da Cunha Magalhães	PS	✓	
Agostinho Oliveira Pinto	CDU	✓	

Observações:

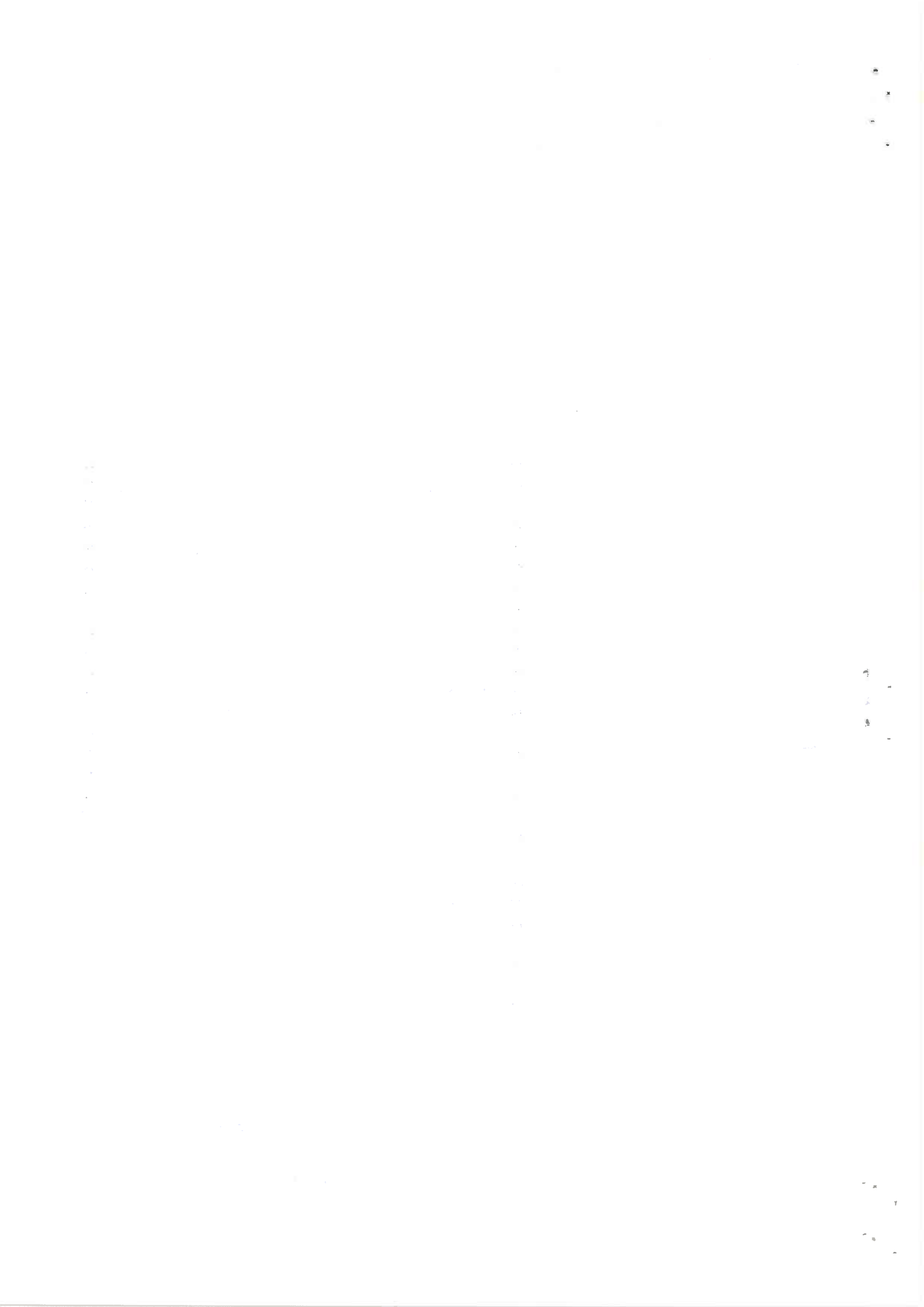
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento do titular do cargo
- f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

6- PROJETO DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA AMIPAREDES – AGÊNCIA MUNICIPAL DE INVESTIMENTO DE PAREDES, E.M., S.A. – PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS	F	C	A
José Augusto Granja Rodrigues da Fonseca	PSD	X	
José Manuel Barbosa Outeiro	PSD	X	
Catarina da Silveira Nunes Barbosa a)	PSD	X	
Luciano Manuel Calheiros Gomes	PSD	X	
Joaquim Ferreira da Mota	PSD	X	
Maria Quitéria Leal Coelho Barbosa	PSD	X	
José Joaquim Leitão da Mota	PSD	X	
Mário Camilo Dias Alves da Mota	PSD	X	
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PSD	X	
António do Couto Ferreira	PSD	X	
Rui Manuel Vasconcelos Pinto	PSD	X	
Andreia Joana Morris Mendes	PSD	-	-
Joaquim Moreira de Bessa	PSD	X	
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X	
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X	
Paulo Jorge Moreira da Silva	PS	X	
Joaquim da Silva Leal	PS	X	
Silvestre da Silva Carneiro a)	PS	X	
João Paulo Alves dos Reis	PS	X	
António Joaquim Garcez Neto da Silva a)	PS	X	
Cláudia Isabel Alves Teixeira da Mota	PS	X	
Andreia Filipa Mendes da Silva a)	PS	-	-
Carla Cândida Pinheiro Carneiro	PS	X	
Mário Luís Tadeu Coelho da Silva	PS	X	
Álvaro dos Santos Pinto	CDU		X
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU		X
Rui José Fernandes da Silva	CDS/PP	X	

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA	F	C	A
Luís Alberto da Costa Teixeira	PSD	X	
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PSD	X	
António Augusto da Silva Machado b)	PSD	X	
José Fernando Ribeiro dos Santos	PSD	X	
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PSD	X	
Carlos Franclim Moreira de Sousa	PSD	X	
António Manuel de Bessa Oliveira	PSD	X	
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PSD	X	
Francisco Ferreira da Silva b)	PSD	X	
José Augusto da Silva Borges	PSD	X	
Francisco Augusto Ferreira	PSD	X	
André Filipe Barros dos Santos	PSD	X	
José Ferreira da Cruz	PSD	X	
José João Martins Barbosa b)	PS	X	
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X	
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X	
José da Cunha Magalhães	PS	X	
Agostinho Oliveira Pinto	CDU		X

Observações:

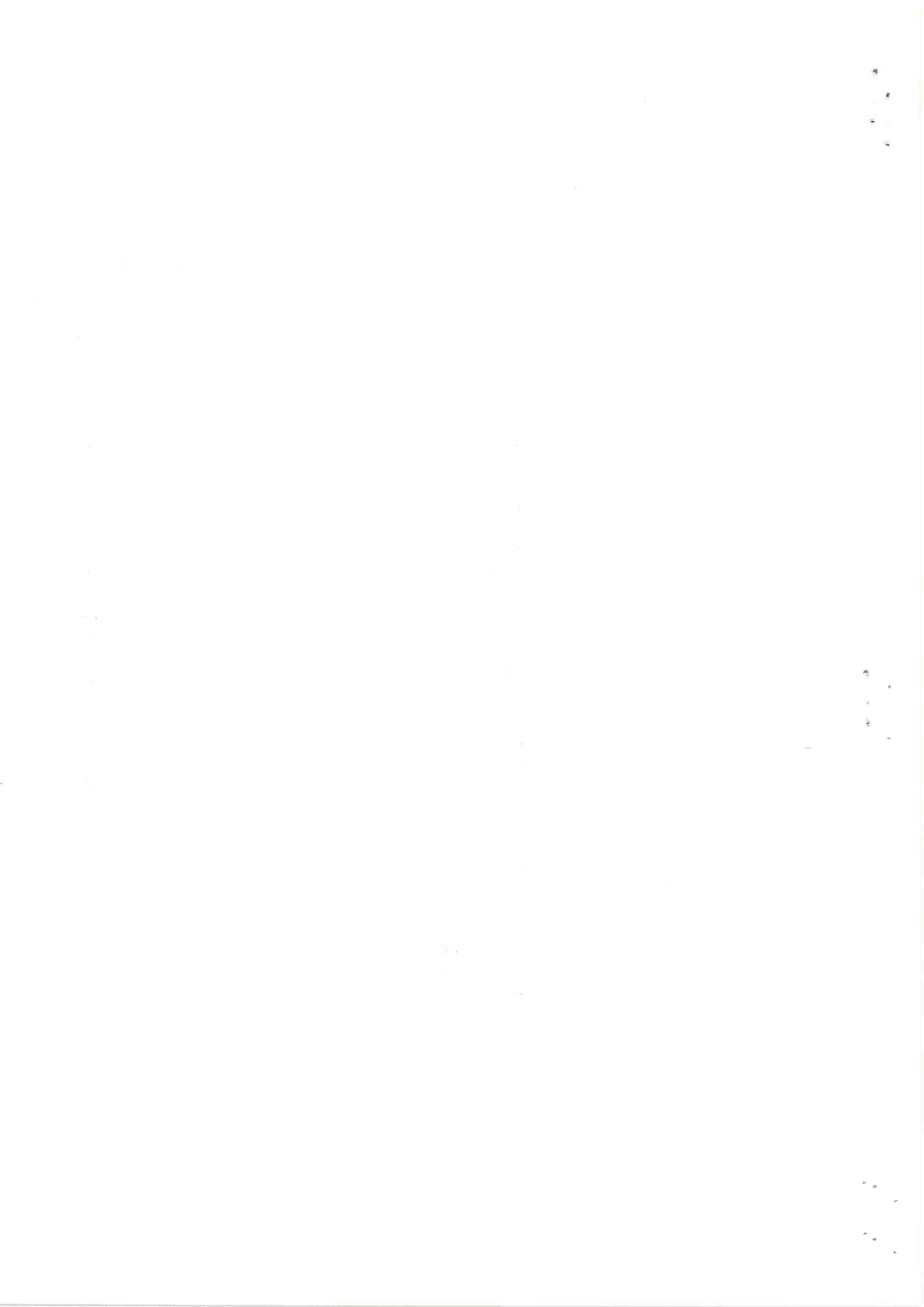
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário





**ROTA DOS
MÓVEIS**

*** ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES**
Parque José Guilherme
4580-130 Paredes
Tel.: 255 788 800/20
Fax: 255 782 155
assembleia.municipal@cm-paredes.pt

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES FOLHA DE VOTAÇÃO

7- REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE POLÍCIA MUNICIPAL DE PAREDES – PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Augusto Granja Rodrigues da Fonseca	PSD	X		
José Manuel Barbosa Outeiro	PSD	X		
Catarina da Silveira Nunes Barbosa a)	PSD	X		
Luciano Manuel Calheiros Gomes	PSD	X		
Joaquim Ferreira da Mota	PSD	X		
Maria Quitéria Leal Coelho Barbosa	PSD	X		
José Joaquim Leitão da Mota	PSD	X		
Mário Camilo Dias Alves da Mota	PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PSD	X		
António do Couto Ferreira	PSD	X		
Rui Manuel Vasconcelos Pinto	PSD	X		
Andreia Joana Morris Mendes	PSD	-	-	-
Joaquim Moreira de Bessa	PSD	X		
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Paulo Jorge Moreira da Silva	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro a)	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva a)	PS	X		
Cláudia Isabel Alves Teixeira da Mota	PS	X		
Andreia Filipa Mendes da Silva a)	PS	-	-	-
Carla Cândida Pinheiro Carneiro	PS	X		
Mário Luís Tadeu Coelho da Silva	PS	X		
Álvaro dos Santos Pinto	CDU	X		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		
Rui José Fernandes da Silva	CDS/PP	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Luís Alberto da Costa Teixeira	PSD	X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PSD	X		
António Augusto da Silva Machado b)	PSD	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PSD	X		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PSD	X		
Carlos Franclim Moreira de Sousa	PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PSD	X		
Francisco Ferreira da Silva b)	PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PSD	X		
Francisco Augusto Ferreira	PSD	X		
André Filipe Barros dos Santos	PSD	X		
José Ferreira da Cruz	PSD	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Agostinho Oliveira Pinto	CDU	X		

Observações:

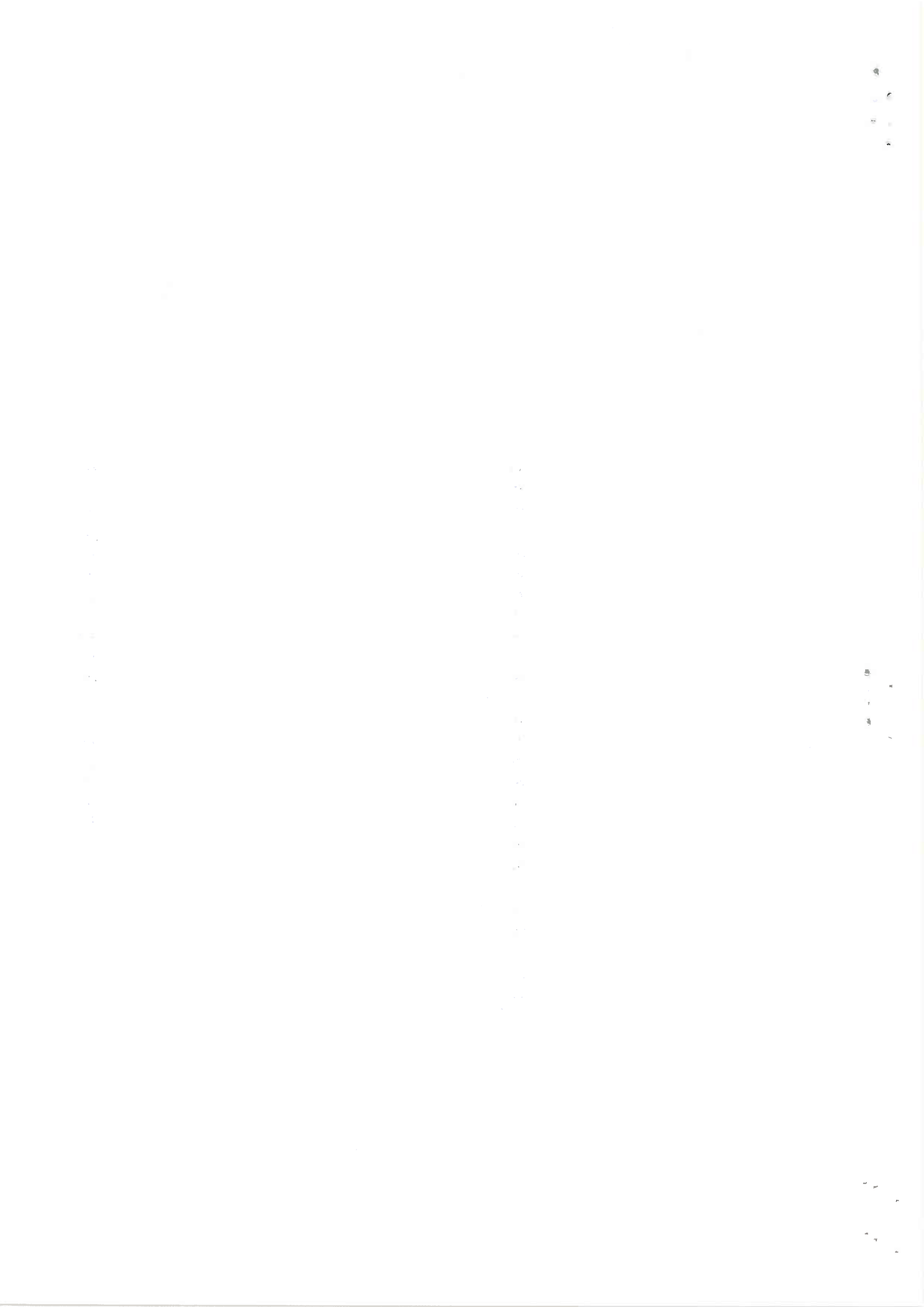
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário





**ROTA DOS
MÓVEIS**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES
Parque José Guilherme
4580-130 Paredes
Tel.: 255 788 800/20
Fax: 255 782 155
assembleia.municipal@cm-paredes.pt

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

8- CONTRATOS DE CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE UM BEM DO DOMÍNIO PÚBLICO – CASAS DOADAS PELA PT (QUATRO CASAS) – RATIFICAÇÃO DE CONTRATOS JÁ CELEBRADOS E AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DOS RESTANTES CONTRATOS

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS	F	C	A
José Augusto Granja Rodrigues da Fonseca	PSD	✓	
José Manuel Barbosa Outeiro	PSD	✓	
Catarina da Silveira Nunes Barbosa a)	PSD	✓	
Luciano Manuel Calheiros Gomes	PSD	✓	
Joaquim Ferreira da Mota	PSD	✓	
Maria Quitéria Leal Coelho Barbosa	PSD	✓	
José Joaquim Leitão da Mota	PSD	✓	
Mário Camilo Dias Alves da Mota	PSD	✓	
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PSD	✓	
António do Couto Ferreira	PSD	✓	
Rui Manuel Vasconcelos Pinto	PSD	✓	
Andreia Joana Morris Mendes	PSD	–	–
Joaquim Moreira de Bessa	PSD	✓	
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	✓	
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	✓	
Paulo Jorge Moreira da Silva	PS	✓	
Joaquim da Silva Leal	PS	✓	
Silvestre da Silva Carneiro a)	PS	✓	
João Paulo Alves dos Reis	PS	✓	
António Joaquim Garcez Neto da Silva a)	PS	✓	
Cláudia Isabel Alves Teixeira da Mota	PS	✓	
Andreia Filipa Mendes da Silva a)	PS	–	–
Carla Cândida Pinheiro Carneiro	PS	✓	
Mário Luís Tadeu Coelho da Silva	PS	✓	
Álvaro dos Santos Pinto	CDU	✓	
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	✓	
Rui José Fernandes da Silva	CDS/PP	✓	

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA	F	C	A
Luís Alberto da Costa Teixeira	PSD	✓	
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PSD	✓	
António Augusto da Silva Machado b)	PSD	✓	
José Fernando Ribeiro dos Santos	PSD	✓	
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PSD	✓	
Carlos Franclim Moreira de Sousa	PSD	✓	
António Manuel de Bessa Oliveira	PSD	✓	
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PSD	✓	
Francisco Ferreira da Silva b)	PSD	✓	
José Augusto da Silva Borges	PSD	✓	
Francisco Augusto Ferreira	PSD	✓	
André Filipe Barros dos Santos	PSD	✓	
José Ferreira da Cruz	PSD	✓	
José João Martins Barbosa b)	PS	✓	
Belmiro dos Santos Sousa	PS	✓	
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	✓	
José da Cunha Magalhães	PS	✓	
Agostinho Oliveira Pinto	CDU	✓	

Observações:

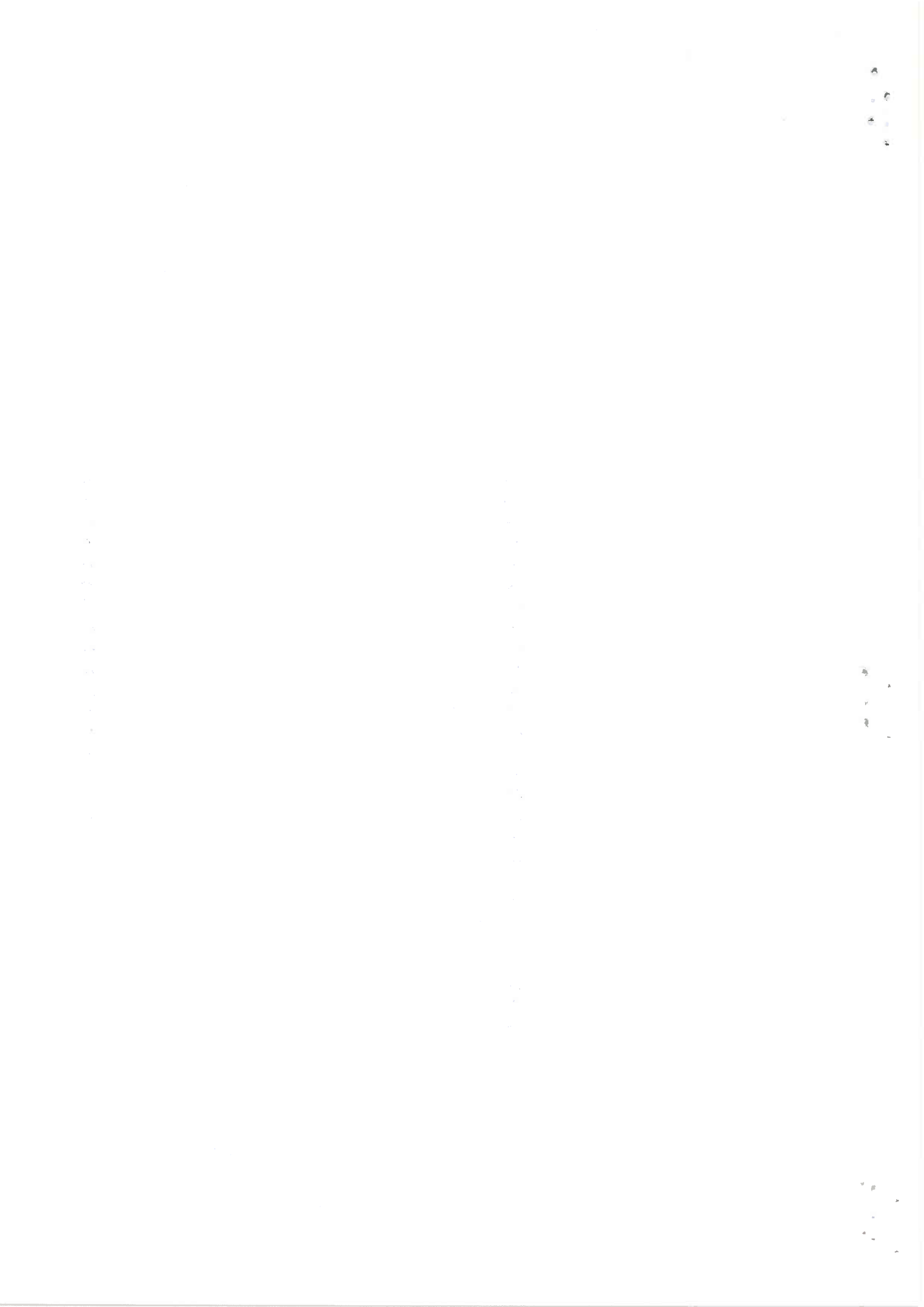
- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento do titular do cargo
- f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário





**ROTA DOS
MÓVEIS**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES
Parque José Guilherme
4580-130 Paredes
Tel.: 255 788 800/20
Fax: 255 782 155
assembleia.municipal@cm-paredes.pt

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES FOLHA DE VOTAÇÃO

9- SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NA AVENIDA S. JOSÉ NA FREGUESIA DE VILELA – PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Augusto Granja Rodrigues da Fonseca	PSD	X		
José Manuel Barbosa Outeiro	PSD	X		
Catarina da Silveira Nunes Barbosa a)	PSD	X		
Luciano Manuel Calheiros Gomes	PSD	X		
Joaquim Ferreira da Mota	PSD	X		
Maria Quitéria Leal Coelho Barbosa	PSD	X		
José Joaquim Leitão da Mota	PSD	X		
Mário Camilo Dias Alves da Mota	PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PSD	X		
António do Couto Ferreira	PSD	X		
Rui Manuel Vasconcelos Pinto	PSD	X		
Andreia Joana Morris Mendes	PSD			
Joaquim Moreira de Bessa	PSD	X		
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Paulo Jorge Moreira da Silva	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro a)	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva a)	PS	X		
Cláudia Isabel Alves Teixeira da Mota	PS	X		
Andreia Filipa Mendes da Silva a)	PS			
Carla Cândida Pinheiro Carneiro	PS	X		
Mário Luís Tadeu Coelho da Silva	PS	X		
Álvaro dos Santos Pinto	CDU	X		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		
Rui José Fernandes da Silva	CDS/PP	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Luís Alberto da Costa Teixeira	PSD	X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PSD	X		
António Augusto da Silva Machado b)	PSD	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PSD	X		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PSD	X		
Carlos Franclim Moreira de Sousa	PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PSD	X		
Francisco Ferreira da Silva b)	PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PSD	X		
Francisco Augusto Ferreira	PSD	X		
André Filipe Barros dos Santos	PSD	X		
José Ferreira da Cruz	PSD	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Agostinho Oliveira Pinto	CDU	X		

Observações:

- Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;
- Por suspensão do mandato do titular do cargo
- Por renúncia do titular do cargo
- Por falecimento da titular do cargo
- Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

Ana Paula Gomes





**ROTA DOS
MÓVEIS**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES
Parque José Guilherme
4580-130 Paredes
Tel.: 255 788 800/20
Fax: 255 782 155
assembleia.municipal@cm-paredes.pt

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

10- SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NA E.M. 602-1 NA FREGUESIA DE VILELA – PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS		F	C	A
José Augusto Granja Rodrigues da Fonseca	PSD	X		
José Manuel Barbosa Outeiro	PSD	X		
Catarina da Silveira Nunes Barbosa a)	PSD	X		
Luciano Manuel Calheiros Gomes	PSD	X		
Joaquim Ferreira da Mota	PSD	X		
Maria Quitéria Leal Coelho Barbosa	PSD	X		
José Joaquim Leitão da Mota	PSD	X		
Mário Camilo Dias Alves da Mota	PSD	X		
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PSD	X		
António do Couto Ferreira	PSD	X		
Rui Manuel Vasconcelos Pinto	PSD	X		
Andreia Joana Morris Mendes	PSD	-	-	-
Joaquim Moreira de Bessa	PSD	X		
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	X		
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	X		
Paulo Jorge Moreira da Silva	PS	X		
Joaquim da Silva Leal	PS	X		
Silvestre da Silva Carneiro a)	PS	X		
João Paulo Alves dos Reis	PS	X		
António Joaquim Garcez Neto da Silva a)	PS	X		
Cláudia Isabel Alves Teixeira da Mota	PS	X		
Andreia Filipa Mendes da Silva a)	PS	-	-	-
Carla Cândida Pinheiro Carneiro	PS	X		
Mário Luís Tadeu Coelho da Silva	PS	X		
Álvaro dos Santos Pinto	CDU	X		
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	X		
Rui José Fernandes da Silva	CDS/PP	X		

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA		F	C	A
Luís Alberto da Costa Teixeira	PSD	X		
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PSD	X		
António Augusto da Silva Machado b)	PSD	X		
José Fernando Ribeiro dos Santos	PSD	X		
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PSD	X		
Carlos Franclim Moreira de Sousa	PSD	X		
António Manuel de Bessa Oliveira	PSD	X		
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PSD	X		
Francisco Ferreira da Silva b)	PSD	X		
José Augusto da Silva Borges	PSD	X		
Francisco Augusto Ferreira	PSD	X		
André Filipe Barros dos Santos	PSD	X		
José Ferreira da Cruz	PSD	X		
José João Martins Barbosa b)	PS	X		
Belmiro dos Santos Sousa	PS	X		
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	X		
José da Cunha Magalhães	PS	X		
Agostinho Oliveira Pinto	CDU	X		

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento do titular do cargo
- f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1º Secretário

2º Secretário

111

111

111



**ROTA DOS
MÓVEIS**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PAREDES
Parque José Guilherme
4580-130 Paredes
Tel.: 255 788 800/20
Fax: 255 782 155
assembleia.municipal@cm-paredes.pt

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PAREDES
FOLHA DE VOTAÇÃO

11- SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL EM VÁRIAS VIAS DA FREGUESIA DE PAREDES – (MADALENA) – PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

NA QUALIDADE DE MEMBROS ELEITOS	F	C	A
José Augusto Granja Rodrigues da Fonseca	PSD	✓	
José Manuel Barbosa Outeiro	PSD	✓	
Catarina da Silveira Nunes Barbosa a)	PSD	✓	
Luciano Manuel Calheiros Gomes	PSD	✓	
Joaquim Ferreira da Mota	PSD	✓	
Maria Quitéria Leal Coelho Barbosa	PSD	✓	
José Joaquim Leitão da Mota	PSD	✓	
Mário Camilo Dias Alves da Mota	PSD	✓	
Ana Paula Monteiro Teixeira Gomes	PSD	✓	
António do Couto Ferreira	PSD	✓	
Rui Manuel Vasconcelos Pinto	PSD	✓	
Andreia Joana Morris Mendes	PSD	-	-
Joaquim Moreira de Bessa	PSD	✓	
José Armando Coutinho Baptista Pereira	PS	✓	
Maria Luísa Ribeiro de Sousa Tadeu	PS	✓	
Paulo Jorge Moreira da Silva	PS	✓	
Joaquim da Silva Leal	PS	✓	
Silvestre da Silva Carneiro a)	PS	✓	
João Paulo Alves dos Reis	PS	✓	
António Joaquim Garcez Neto da Silva a)	PS	✓	
Cláudia Isabel Alves Teixeira da Mota	PS	✓	
Andreia Filipa Mendes da Silva a)	PS	-	-
Carla Cândida Pinheiro Carneiro	PS	✓	
Mário Luís Tadeu Coelho da Silva	PS	✓	
Álvaro dos Santos Pinto	CDU	✓	
Cristiano Manuel Soares Ribeiro	CDU	✓	
Rui José Fernandes da Silva	CDS/PP	✓	

NA QUALIDADE DE PRESIDENTES DE JUNTA	F	C	A
Luís Alberto da Costa Teixeira	PSD	✓	
Maria de Lurdes da Silva Meireles	PSD	✓	
António Augusto da Silva Machado b)	PSD	✓	
José Fernando Ribeiro dos Santos	PSD	✓	
Joaquim Tomás Fernandes Correia	PSD	✓	
Carlos Franclim Moreira de Sousa	PSD	✓	
António Manuel de Bessa Oliveira	PSD	✓	
Paulo Alexandre Moreira Carvalho Ranito	PSD	✓	
Francisco Ferreira da Silva b)	PSD	✓	
José Augusto da Silva Borges	PSD	✓	
Francisco Augusto Ferreira	PSD	✓	
André Filipe Barros dos Santos	PSD	✓	
José Ferreira da Cruz	PSD	✓	
José João Martins Barbosa b)	PS	✓	
Belmiro dos Santos Sousa	PS	✓	
João Manuel Nogueira Gonçalves	PS	✓	
José da Cunha Magalhães	PS	✓	
Agostinho Oliveira Pinto	CDU	✓	

Observações:

- a) Em substituição do titular do cargo ao abrigo do n.º 1-art.º 78.º da Lei 169/99 de 18 Set.º com a actual redacção
- b) Em representação do titular do cargo ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;
- c) Por suspensão do mandato do titular do cargo
- d) Por renúncia do titular do cargo
- e) Por falecimento da titular do cargo
- f) Justificou a falta

A Mesa da Assembleia

O Presidente

1º Secretário

2º Secretário

Ana Paula Gomes

1117

1117

1117